



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20223943124

RAZÃO SOCIAL	
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA - SICOOB	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	21.866.694/0024-00

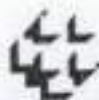
Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 24/08/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR (CNPJ 21.866.694/0001-14) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Cooperativa de Crédito**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

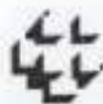
- Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 13:13:35 do dia 19/6/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: dMjeRMoZ83LrkYUGclVy

Certidão emitida gratuitamente.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR (CNPJ 21.866.694/0001-14) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Cooperativa de Crédito**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

- Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 13:13:35 do dia 19/6/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: dMjeRMoZ83LrkYUGclVy

Certidão emitida gratuitamente.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20223943124

RAZÃO SOCIAL	
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA - SICOOB	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	21.866.694/0024-00

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 24/08/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR
CNPJ: 21.866.694/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:50:21 do dia 24/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/02/2023.

Código de controle da certidão: **87F7.A5D1.01E6.B6CC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

V. Proclamação dos eleitos.

SEÇÃO II – DAS NULIDADES

Art. 23. Serão nulas as cédulas:

- I. que não corresponderem ao modelo oficial;
- II. que não estiverem devidamente autenticadas;
- III. que contiverem expressões, frases ou sinais que possam identificar o voto.

§ 1º. Serão nulos os votos:

- I. quando forem assinalados os nomes de dois ou mais candidatos para o mesmo cargo;
- II. quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

SEÇÃO III – DA RECONTAGEM DOS VOTOS E GUARDA DOS DOCUMENTOS

Art. 24. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda dos componentes da respectiva Mesa Apuradora de Votos até a proclamação final do resultado da eleição.

Art. 25. O Sicoob Credinor, por seu Diretor Administrativo, incumbe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, em duas vias, constituído dos documentos oficiais. São peças essenciais do processo eleitoral:

- I. Edital de convocação da eleição;
- II. Cópia dos requerimentos do registro de chapas, acompanhada de toda documentação exigida por este Regimento;
- III. Listagem dos associados em condição de votar;
- IV. Lista de votação;
- V. Ata da(s) Mesa(s) Coletora(s) e da(s) Mesa(s) Apuradora(s) de votos;
- VI. Cópia das decisões proferidas pelas Comissões Eleitorais Originária e Recursal e de eventuais recursos interpostos;
- VII. Exemplar da cédula de votação;

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O disposto na seção I do Capítulo VIII e todo o Capítulo IX deste Regimento se aplicará somente às assembleias gerais que tenham adotado sistema de votação previsto nos parágrafos 1º e 3º do Art. 13 deste Regimento. Considerando que as assembleias gerais semipresenciais e digitais, nas quais a votação ocorrerá exclusivamente por meio de sistema eletrônico, toda a coleta e apuração dos votos se dará de forma automática pelo sistema eletrônico utilizado, sendo considerada vencedora a chapa que alcançar maioria dos votos válidos.

Art. 27. Nas eleições em que houver votação eletrônica, um representante de cada chapa poderá acompanhar a eleição do local físico em que estiver localizada a equipe de apoio da transmissão eletrônica da Assembleia.

Art. 28. Se houver registro de uma única chapa, a eleição poderá ser por aclamação.

Parágrafo único: Na assembleia realizada de forma digital ou semipresencial, a eleição por aclamação se dará por meio da concessão aos associados presentes de forma remota no mínimo 1 (um) minuto para se manifestarem por meio de recurso que possibilite o registro das manifestações (EX: bate-papo e áudio), que deverá ser arquivado na Cooperativa.

Art. 29. Não são considerados dias úteis os feriados, os sábados e os domingos.

Art. 30. Havendo empate entre as chapas concorrentes à eleição, será vencedora a chapa cuja soma do tempo de associação dos seus membros à Cooperativa seja maior.

Art. 31. Fica facultado à Cooperativa o uso das urnas eletrônicas disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) para fins de informatização do procedimento de votação e apuração ora disposto.

§ 1º. Sendo utilizadas as urnas eletrônicas não se aplicarão ao respectivo processo eleitoral as normas previstas neste Regimento eleitoral que sejam incompatíveis com este procedimento.

§ 2º. Considerando a faculdade disposta no caput do presente artigo, no ano anterior ao das eleições da Cooperativa, caberá ao seu Conselho de Administração deliberar pelo empréstimo ou não das urnas eletrônicas junto ao TRE, bem como sobre sua utilização, observados para tanto os prazos previstos pelo TRE/MG e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e normas em vigor relacionadas ao assunto.

Art. 32. O associado que tenha interesse, poderá solicitar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da eleição, vista na Cooperativa, sem direito à reprodução, dos documentos relativos à coleta e apuração dos votos.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 33. Os documentos relativos ao processo eleitoral deverão permanecer arquivados na Cooperativa durante o prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data de realização da respectiva assembleia.

ANEXO I

(CHAPA PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

_____, ____ de _____ de _____

Cooperativa de Crédito _____ Ltda – SICOOB _____
At.: Sr. Vice-Presidente do Conselho de Administração¹
_____/MG

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CHAPA

Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa a seguir descrita:

a) Conselho de Administração*:

_____ (nome do candidato) - Conselheiro de Administração – representante da chapa

_____ (nome do candidato) - Conselheiro de Administração

_____ (nome do candidato) - Conselheiro de Administração

_____ (nome do candidato) - Conselheiro de Administração

_____ (nome do candidato) - Conselheiro de Administração

_____ (nome do candidato) - Conselheiro de Administração



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C8D3F0536476C8A2D5F58E5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

**ANEXO II
(CHAPA PARA CONSELHO FISCAL)**

_____, ____ de _____ de _____

Cooperativa de Crédito _____ Ltda – SICOOB _____
At.: Sr. Vice-Presidente do Conselho de Administração¹
/MG

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CHAPA

Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa a seguir descrita:

Conselho Fiscal:

_____ (nome do candidato) - Efetivo

_____ (nome do candidato) - Efetivo

_____ (nome do candidato) - Efetivo

_____ (nome do candidato) - Suplente

_____ (nome do candidato) - Suplente

_____ (nome do candidato) - Suplente

Atenciosamente,
(nome e assinatura de todos os candidatos)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F58E5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

ANEXO III

FORMULÁRIO CADASTRAL

Identificação da Instituição

Denominação
Órgão Estatutário Candidatura

Identificação do Candidato

Nome Completo			
Filiação			
Nacionalidade	Local de Nascimento	Data de Nascimento	Sexo
Profissão	Estado Civil e Regime de Casamento		E-mail
Nome do Cônjuge ou Companheira			
Carteira de Identidade (Nº/Data de Emissão /Órgão Expedidor)		Título de eleitor (nº/zona/seção)	CPF (Nº Base/Controle)
Endereço Residencial Completo			Bairro ou Distrito
CEP	Município	UF	DDD/Telefone
Empresa da qual seja controlador ou administrador (Nome empresarial e CNPJ):			
Declaro Assumir Integral Responsabilidade pela Fidelidade das Declarações ora Prestadas, Ficando o SICOOB _____ e o Banco Central do Brasil de já Autorizado a delas fazer, nos Limites Legais e em Juízo ou fora dele, o uso que lhe aprovar.			
Local e Data		Assinatura	



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

O abaixo assinado, candidato ao cargo de _____ na Cooperativa de Crédito de _____ Ltda. – SICOOB _____ declara que:

- a) É associado da Cooperativa para a qual se candidatou e preenche os requisitos estatutários de associação;
- b) Tem reputação ilibada;
- c) É residente no País;
- d) Não está impedido por lei especial, nem foi condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou foi condenado à pena criminal que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- e) Não está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- f) Não responde, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- g) Não está declarado falido ou insolvente;
- h) Não controlou ou administrou, nos dois anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- i) Não responde, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- j) Não responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

- k) Preenche o(s) seguinte(s) critério(s) de capacitação: (um ou mais de um entre os critérios previstos no inciso I, do Art. 2º do Regimento Eleitoral do SICOOB CREDI).
- l) Atende todos os requisitos legais, estatutários e regimentais para concorrer ao cargo eletivo ao qual é candidato;
- m) Assume integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando o SICOOB _____, desde já, autorizado a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;
- n) Dispõe de tempo suficiente para exercer adequadamente suas funções nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração do SICOOB _____, além de outras normas aplicáveis.
- o) Assume o compromisso de se submeter à capacitação continuada nos termos da Política de Sucessão de Administradores do SICOOB _____.

_____ (MG) _____ de _____ de _____

(colocar o nome, CPF e assinatura do candidato)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530694 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F58E5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

ANEXO V

DECLARAÇÃO (CONSELHO FISCAL)

O abaixo subscritor, candidato ao cargo de _____ na Cooperativa de Crédito _____ Ltda. – SICOOB _____ declara que:

- a) É associado da Cooperativa para a qual se candidatou e preenche os requisitos estatutários de associação;
- b) Tem reputação ilibada;
- c) É residente no País;
- d) Não está impedido por lei especial, nem foi condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou foi condenado à pena criminal que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- e) Não está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- f) Não responde, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- g) Não está declarado falido ou insolvente;
- h) Não controlou ou administrou, nos dois anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- i) Não responde, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- j) Não responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

k) Atende todos os requisitos legais, estatutários e regimentais para concorrer ao cargo eletivo ao qual é candidato;

l) Assume integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando o SICOOB _____, desde já, autorizado a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.

m) Dispõe de tempo suficiente para exercer adequadamente suas funções nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho Fiscal do SICOOB _____, além de outras normas aplicáveis.

_____(MG)____de____de____
(colocar o nome, CPF e assinatura do candidato)



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

ANEXO VI

AUTORIZAÇÃO

O abaixo assinado, candidato ao cargo de _____ na Cooperativa de Crédito de _____ Ltda. – SICOOB _____ autoriza o SICOOB _____ e as suas Comissões Eleitorais Originária e Recursal a terem acesso às informações a ele referentes, bem como de eventuais empresas controladas ou administradas pelo candidato junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e aquelas constantes dos sistemas públicos e privados de cadastro e informações, tais como: Central de Risco do Banco Central do Brasil, Sistema de Informações de Crédito – SCR, SPC, SERASA e CADIN.

_____(MG) _____ de _____ de _____

Nome: _____

CPF: _____

(colocar o nome, CPF e assinatura do candidato)

Finalizando, o Presidente do Conselho de Administração franqueou a palavra aos participantes, que dela não fizeram uso. A fim de atender as disposições legais e estatutárias, solicitou que 06 (seis) associados se dispusessem a assinar a ata. Os associados que se manifestaram foram os seguintes: 1) Osmar Catão dos Santos, CPF: 115.504.066-04; 2) Roberto Murilo Peres Correa Machado, CPF: 430.860.556-34; 3) Fernando Bonfim de Carvalho, CPF: 220.657.336-91; 4) Lilian Maia Laughton Ribeiro, CPF: 221.987.588-14; 5) Eugene Pazele Silva CPF: 416.258.036-72; 6) Fernando César Pereira Lopes CPF: 776.017.346-68

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Dario Colares agradeceu a participação de todos, encerrando a presente Assembleia.

Eu, Alexandre Antônio de Miranda Vianna, Diretor Administrativo do Sicoob Credinor, Secretário da Assembleia Geral Extraordinária, declaro, sob as penas da lei, que: *i.* todos os requisitos para a realização desta Assembleia foram preenchidos; *ii.* esta ata retrata fielmente o ocorrido na presente Assembleia; *iii.* esta Ata será lavrada e sua reprodução impressa irá compor o livro próprio; *iv.* Esta Assembleia foi integralmente gravada e será arquivada. Sendo assim, assino a presente, para todos os fins de direito.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Montes Claros-MG, 18 de abril de 2022.

ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA
Assinado de forma digital por
ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA
VIANNA
Dados: 2022.05.02 17:06:32 -03'00'

Alexandre Antônio de Miranda Vianna
Secretário

DARIO COLARES DE ARAUJO MOREIRA
Assinado de forma digital por
DARIO COLARES DE ARAUJO
MOREIRA
Dados: 2022.05.02 17:05:44 -03'00'

Dario Colares de Araújo Moreira
Presidente do Conselho de Administração

ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA
Assinado de forma digital por
ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA
VIANNA
Dados: 2022.05.02 17:02:31 -03'00'

Alexandre Antônio de Miranda Vianna
Diretor Administrativo

CARLOS GENUINO DE QUADROS FIGUEIREDO
Assinado de forma digital por
CARLOS GENUINO DE QUADROS
FIGUEIREDO
Dados: 2022.05.02 17:02:50 -03'00'

Carlos Genuíno de Quadros Figueiredo
Diretor Financeiro



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476CBA2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/405.495-3	MGE2200682503	08/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
277.152.056-72	ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, ALINE PRADO MONTEIRO, com inscrição ativa no(a) CRC/(RS) sob o nº 102044, expedida em 06/07/2021, inscrito no CPF nº 990.560.970-91, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. ATA - 88 página(s)

Brasília/DF, 08 de agosto de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: ALINE PRADO MONTEIRO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F58E5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Assinatura Digital
pág. 90/139

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

IV.7 Recomenda-se a realização das trilhas definidas como DNA Sicoob para Dirigentes nos primeiros seis meses após a posse.

IV.8 Caso o Diretor, após a posse, não se submeta à capacitação continuada na forma acima, caberá ao Conselho de Administração deliberar se o mesmo permanecerá ou não no cargo de Diretor.

Etapa V – Retenção de Diretores

V.1 O processo de retenção de diretores contempla a política de remuneração praticada pelo Sicoob Credinor, que é revisada periodicamente à luz das diretrizes sistêmicas fixadas pelo Sicoob Confederação e das práticas de mercado.

V.2 A proposta de remuneração de administradores (enviada pelo Conselho de Administração) é apreciada pela Assembleia Geral Ordinária,

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Anexo 1
Avaliação de desempenho de conselheiros de administração
(autoavaliação)

Identificação do conselheiro:
Data de realização da avaliação:

I. Estratégia de negócios e riscos corporativos

1	<p>Você conhece e entende a missão, a visão, os valores, a estratégia e os planos de negócios do Sicoob?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
2	<p>Você acredita que o Conselho de Administração que faz parte, supervisiona, de forma adequada, o plano estratégico e o orçamento anual, monitorando o progresso do que foi planejado?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
3	<p>Você percebe que as discussões no conselho estão focadas nas questões estratégicas do negócio do Sicoob, priorizando, perante a Diretoria, as questões relevantes e de maior impacto nos resultados?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

4	<p>Você acredita que o Conselho de Administração que faz parte, acompanha os processos de controles internos e verifica se eles são adequados para identificar e monitorar os riscos e proteger os ativos, garantindo a acurácia e qualidade das informações enviadas pela Diretoria?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
5	<p>O Conselho de Administração acompanha e discute regularmente com a Diretoria a gestão dos riscos corporativos e a exposição a riscos que podem impactar os resultados e a longevidade da organização ou destruir valor para os acionistas?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>

II. Dinâmica do Conselho de Administração e participação dos conselheiros

6	<p>Há diversidade no Conselho de Administração, levando-se em conta idade, gênero, escolaridade e experiência de seus integrantes (estratégia, finanças, riscos, gestão de pessoas, tecnologia, sustentabilidade etc.)?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
---	---

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ N°. 21.866.694/0001-14 E NIRE N°. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, N°. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

7	<p>O Conselho de Administração interage de forma adequada com os acionistas/associados?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
8	<p>O Conselho de Administração tem um Regimento Interno e o segue em todas as atividades?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
9	<p>O Conselho de Administração zela pelo monitoramento do cumprimento das políticas institucionais, bem como de quaisquer outras iniciativas às quais o Sicoob tenha aderido, tais como Pacto de Ética, Pacto Sistêmico/Planejamento estratégico etc.?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
10	<p>O Conselho de Administração comunica, claramente, à Diretoria e aos responsáveis pela Governança Corporativa, suas necessidades de informações?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

11	<p>As reuniões do Conselho de Administração são realizadas com frequência adequada?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
12	<p>O Conselho de Administração tem uma agenda estabelecida com antecedência, contemplando temas estratégicos prioritários, relatórios financeiros, planos de investimentos, programas de recursos humanos e planos comerciais de produtos/serviços?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
13	<p>As reuniões do Conselho de Administração são estruturadas de forma a estimular a participação de todos os integrantes, de maneira construtiva, com espaço para discordância, questionamentos críticos e aproveitamento adequado do tempo?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
14	<p>Nas reuniões do Conselho de Administração existe tempo suficiente para discussão dos assuntos apresentados? Há equilíbrio entre o tempo de apresentação e debate?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

15	<p>Você percebe que os conselheiros preparam-se, adequadamente, para as reuniões e têm participação efetiva durante as apresentações e debates, fazendo perguntas adequadas e pertinentes à Diretoria?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
16	<p>Além das reuniões formais, ocorrem discussões informais que promovam a integração do Conselho de Administração?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
17	<p>O respeito pessoal e profissional predomina nas relações entre os conselheiros?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
18	<p>O Conselho de Administração conta com a quantidade e qualidade de comitês requeridos às suas necessidades (Estratégia, RH, Auditoria, Finanças, Sustentabilidade etc.)?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
19	<p>O Conselho de Administração mantém reuniões separadas com os auditores externos?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p>



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C903F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Assinatura digital e código de segurança
pág. 59/139

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

	<input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado <input type="checkbox"/> Sim/ Excelente <input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica
20	O Conselho de Administração dedica tempo suficiente e realiza um trabalho adequado na avaliação do diretor-presidente? <input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria <input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria <input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado <input type="checkbox"/> Sim/ Excelente <input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica
21	O Conselho de Administração dedica tempo suficiente e estabelece as diretrizes para a sucessão do diretor-presidente? <input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria <input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria <input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado <input type="checkbox"/> Sim/ Excelente <input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica

III. Desempenho individual

22	Você considera que o seu preparo pessoal, grau de dedicação e disponibilidade de tempo para o desempenho de suas responsabilidades são adequados? <input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria <input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria <input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado <input type="checkbox"/> Sim/ Excelente <input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica
----	---



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

23	<p>Sua postura predominante, nas reuniões do Conselho de Administração, tem sido ativa e construtiva, de modo a agregar valor às discussões?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
24	<p>Você contribui para a elaboração e cumprimento da agenda da reunião, evitando propor a inclusão de assuntos extraordinários na ordem do dia dessas reuniões?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
25	<p>Tendo em vista a importância de seu aperfeiçoamento contínuo no papel de conselheiro, você tem procurado participar de cursos de atualização ou certificação?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
26	<p>Quando você tem conflitos, de interesse pessoal, na matéria colocada em votação, sua postura é a de declarar-se impedido?</p> <p><input type="checkbox"/> Não / há necessidade significativa de melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Algumas vezes / Há espaço para melhoria</p> <p><input type="checkbox"/> Na maioria das vezes/ Adequado</p> <p><input type="checkbox"/> Sim/ Excelente</p> <p><input type="checkbox"/> Desconheço / Não se aplica</p>
27	<p>Na qualidade de conselheiro, quais são as suas sugestões para melhorar a atuação do Conselho de Administração?</p>

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

28	Na qualidade de conselheiro, qual é a sua proposta de agenda para o Conselho de Administração, considerando o próximo exercício fiscal?
----	---

Anexo 2

Roteiro Sugerido de Entrevista por Competências para os Diretores

1) Visão Estratégica do Negócio com foco em resultado

Comportamento 1: Acompanha o alcance de objetivos e metas, primando por resultados concretos e de qualidade, com foco estratégico;

Perguntas:

Descreva uma situação, onde sua visão de mercado (futuro) o ajudou a atingir uma meta.

Conte-nos sobre mudanças promovidas em sua gestão que contribuíram para o atingimento de metas e objetivos.

Comportamento 2: Responde pela Cooperativa e pela condução de projetos e iniciativas estratégicas, monitorando indicadores para evitar riscos que possam comprometer a eficiência ou impactar nos resultados;

Perguntas:

Qual foi o projeto mais significativo que você coordenou? Conte-nos como foi e quais as principais etapas.

Conte sobre algum projeto que tenha sido muito difícil chegar a um resultado satisfatório. Quais os indicadores envolvidos?

2) Foco na Eficiência e Eficácia

Comportamento 1: Define prioridades sobre orçamento e alocação de recursos para as Diretorias.

Perguntas:

Como você define prioridades na gestão do orçamento da entidade? O que prioriza? Como você gerenciava o orçamento da entidade junto com a sua equipe?

Conte-nos sobre investimentos e bem feitorias em sua gestão, realizados com a alocação correta de recursos.

Comportamento 2: Acompanha a consistência entre o planejamento das Diretorias e a estratégia organizacional.

Perguntas:

Como você gerenciava o planejamento estratégico da entidade, a fim de garantir que as diretrizes e projetos definidos sejam cumpridos?

De que forma você influenciou sua equipe a trabalhar com o planejamento estratégico, seguindo orientações organizacionais?

3) Relacionamento Institucional

Comportamento 1: Representa a Cooperativa na comunidade e órgãos competentes defendendo projetos e iniciativas estratégicas.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Perguntas:

Conte-nos sobre uma situação onde você posicionou/representou as diretrizes estratégicas da entidade perante algum órgão ou a comunidade.

Descreva uma situação onde precisou representar a entidade, defendendo seus interesses.

Comportamento 2: Articula-se externamente, estabelecendo contatos e parcerias estratégicas, com foco na cooperação e integração de esforços para o alcance de benefícios conjuntos.

Perguntas:

Pensando em relacionamento com o mercado externo, qual foi a maior/melhor parceria que você conquistou e quais os benefícios oferecidos para a entidade?

Em sua opinião, quais as características fundamentais que um gestor deve ter para conseguir se relacionar com o mercado externo, de maneira vantajosa?

Relate uma grande contribuição/articulação sua para conseguir uma parceria importante para a integração de esforços?

4) Visão de Mercado

Comportamento 1: Acompanha as principais variáveis e tendências relacionadas ao negócio, por meio de relatórios desenvolvidos pelas diretorias.

Perguntas:

Quais foram as últimas mudanças/ inovações implementadas por você e sua equipe? Você tem acompanhado mudanças/ inovações em sua área de atuação? Implementou alguma tendência de mercado em sua gestão?

Conte-nos sobre variáveis e tendências de mercado implementadas na empresa em sua gestão e como foi a condução das mudanças com a equipe.

Comportamento 2: Demonstra equilíbrio e foco em suas decisões atuando com dinamismo e flexibilidade em cenários que envolvem alto grau de incerteza, com foco na eficiência e produtividade da Cooperativa.

Perguntas:

Em algum momento de sua gestão, você precisou agir de maneira mais flexível para tomar uma decisão, a fim de assegurar a produtividade? Conte em detalhes.

Em um cenário de alto grau de incerteza do mercado externo, como um gestor deve posicionar a força de trabalho e tomar decisões?

5) Liderança

Comportamento 1: Define (em colegiado) as estratégias da Cooperativa (foco no longo prazo) e as dissemina para as diretorias, contextualizando suas implicações e contribuindo para construção de uma visão integrada.

Perguntas:

Como você dissemina para sua equipe, uma nova diretriz de trabalho, decidida em reunião de Diretoria ou Conselho?

Como você gerencia o fluxo de informações em sua equipe de trabalho?

Explique com riqueza de detalhes como foi a sua última atuação (posicionamento, tomada de decisão... em reunião de diretoria) na definição de estratégias de negócios para a entidade.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Comportamento 2: Orienta o desenvolvimento dos profissionais, contribuindo na formação de sucessores, atribuindo desafios e responsabilidades, engajando em torno dos objetivos e garantindo um ambiente de trabalho positivo.

Perguntas:

Você acha importante a formação de sucessores no ambiente de trabalho? Por quê? Como costuma contribuir para o processo de sucessão?

Como costuma orientar o desenvolvimento profissional de sua equipe de trabalho, visando crescimento e sucessão?

Relate-nos algumas situações onde tenha acompanhado o desenvolvimento de profissionais na equipe, visando crescimento/sucessão.

6) Tomada de decisão

Comportamento 1: Identifica oportunidades para a Cooperativa e assume desafios, decisões e riscos calculados na Diretoria, com visão dos impactos na cadeia de valor e nos resultados de médio e longo prazos.

Perguntas:

Qual foi a decisão mais difícil que você já tomou em sua atuação como gestor, onde precisou assumir riscos? Como foi? Conte em detalhes!

Como uma decisão de alto risco impactou a entidade em médio e longo prazo? Descreva-nos o processo de tomada dessa decisão.

Qual foi a última decisão mais importante que você precisou tomar e quais os impactos nos resultados da entidade?

Comportamento 2: Toma decisões com visão corporativa e julgamento independente, tendo como premissa padrões, políticas e valores da Cooperativa.

Perguntas:

Levando em consideração as regras e premissas de gestão da entidade, como você administra o seu processo decisório?

Já precisou tomar uma decisão que pudesse ferir os padrões, políticas e valores da entidade? Como foi?

Em um processo decisório, o que se deve evitar para não ferir os padrões, políticas e valores da entidade?

Além da avaliação das competências citadas na tabela acima, o Conselho de Administração pode avaliar a Diretoria Executiva a partir das seguintes perguntas:

- Com que eficácia o diretor tem identificado e antecipado ameaças reais provenientes do ambiente de negócios?
- A cultura da empresa reforça sua missão, visão, crenças e valores?
- Há uma reserva de profissionais qualificados para sucessão e para respaldar as metas de crescimento?
- O diretor mantém o Conselho de Administração informado acerca de sucessores potenciais?
- O diretor está desenvolvendo líderes com potencial e competências necessárias para sucedê-lo?



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F58E5AADF98DDC32F4824. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ N°. 21.866.694/0001-14 E NIRE N°. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, N°. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

- f) A empresa apresentou bom desempenho e conseguiu manter sua competitividade nos últimos 12 meses?
- g) Há indicações?

Abaixo a redação aprovada da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob Credinor:

Política de Sucessão de Administradores do Sicoob Credinor

1. Esta Política visa estabelecer princípios e diretrizes para a execução de Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob Credinor, considerando a natureza das entidades integrantes do Sistema Sicoob.

2. As diretrizes estão pautadas em:

a) categoria e porte: as cooperativas de crédito são classificadas, pela regulação a que estão sujeitas, em: *Plenas, Clássicas e Capital Empréstimo*;

b) risco e complexidade: corresponde ao grau de exposição aos riscos e à complexidade da instituição, alinhados às leis e normas que disciplinam a regulamentação prudencial, observadas as regras de segmentação.

3. Esta Política de Sucessão de Administradores é revisada, no mínimo, a cada 5 (cinco) anos, por proposta da área responsável pelo Plano de Sucessão de Administradores ou em decorrência de fatos relevantes e, também, por sugestões encaminhadas pelas entidades do Sicoob.

4. Para esta Política deve-se considerar:

a) alta administração: cargos ocupados por membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva;

b) sucessão: transição de cargo ou mandato de membros da alta administração com objetivo de garantir a execução da estratégia e a continuidade do negócio;

c) plano de sucessão: planejamento com base nas boas práticas de governança para identificar, selecionar, avaliar e capacitar continuamente a alta administração, objetivando o desenvolvimento e a renovação qualificada de seus componentes e zelando pela transparência e sustentabilidade dos processos decisórios;



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

d) identificação: procedimento de verificação das pré-condições exigidas pela regulamentação em vigor para o exercício dos cargos da alta administração;

e) validação: triagem e verificação de pessoas com competências para atendimento de requisitos mínimos como: capacidade técnica, capacidade gerencial, habilidades interpessoais, conhecimento das leis e regulamentos relativos a sua atuação e experiência;

f) avaliação: mensuração das competências para o desempenho no cargo;

g) capacitação: ações de desenvolvimento com objetivo de aperfeiçoar ou adquirir competências e conhecimentos necessários e alinhá-las aos valores e propósitos do Sicoob.

5. O Sicoob Confederação apoiará as equipes envolvidas na criação e gestão do Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob.

6. Complementam esta Política, e a ela se subordinam, todas as normas e os procedimentos operacionais que regulam o Plano de Sucessão.

ITEM 3. Reforma Geral do Regimento Eleitoral –

Por solicitação do Sr. Dario Colares, Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Pedro Henrique Barbosa – Assessor Jurídico do Sicoob Credinor, apresentou aos presentes a Proposta de Reforma Geral do Regimento Eleitoral. Após a apresentação, o Sr. Dario colocou a proposta em discussão, e posteriormente perguntou ao plenário se havia alguma manifestação contrária ao apresentado, e não havendo manifestação contrária a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada na íntegra pela unanimidade dos presentes, exceto os legal e estatutariamente impedidos de votar. Abaixo segue a redação aprovada:

REGIMENTO ELEITORAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA - SICOOB CREDINOR

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do SICOOB CREDINOR será realizado em conformidade com as normas fixadas neste Regimento Eleitoral, na Política de Sucessão de Administradores e no Estatuto Social da Cooperativa e com a legislação em vigor.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

CAPÍTULO II – DA CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 2º. As eleições serão realizadas em Assembleia Geral e convocadas na forma prevista no Estatuto Social, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização do pleito.

§ 1º. Para os fins do disposto no *caput*, as assembleias podem ser:

I. presenciais, quando os associados forem convocados para participar e votar apenas presencialmente;

II. semipresenciais, quando os associados forem convocados para participar e votar presencialmente, no local físico da realização da Assembleia ou à distância, nos termos do § 2º; ou

III. digitais, quando os associados forem convocados para participar e votar apenas à distância, nos termos do § 2º, caso em que a assembleia não será realizado em nenhum local físico.

§ 2º. A participação e a votação a distância dos associados ocorrerão mediante atuação remota, via sistema eletrônico.

§ 3º. Para todos os fins legais, as assembleias digitais serão consideradas como realizadas na sede da sociedade.

§ 4º. Para as assembleias semipresenciais e digitais, a Cooperativa deve adotar sistema e tecnologia acessível para que todos os associados participem e votem a distância e que atenda às exigências das regulamentações em vigor;

§ 5º. Além dos requisitos exigidos no Estatuto Social da Cooperativa para convocação de Assembleia Geral, o Edital de Convocação das Eleições deverá conter obrigatoriamente os seguintes dados:

I. data e indicação se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital;

II. detalhamento de como os associados podem participar e votar a distância, caso realizada semipresencial ou digital. O detalhamento da votação poderá ser divulgado no anúncio de convocação de forma resumida, com indicação de endereço eletrônico na rede mundial de computadores onde as informações completas devem estar disponíveis.

III. local da votação, se presencial ou semipresencial;

IV. horário máximo de duração, com os seguintes dizeres:



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

a) se presencial: o processo de votação terá a duração de 08 (oito) horas ininterruptas, podendo ser encerrada num prazo menor, desde que todos os associados (ou delegados) com direito a voto presentes na fila para assinatura da lista de votação e na fila para votação, tenham votado;

b) se semipresencial ou digital: o processo de votação terá a duração de 02 (duas) horas ininterruptas, a contar do encerramento da apresentação dos assuntos da ordem do dia.

V. prazo para requerimento de registro de chapas e horários de funcionamento do setor da Cooperativa encarregado de efetuar o registro.

CAPÍTULO III – DO REGISTRO DE CHAPAS

Art. 3º. O prazo para requerimento de registro de chapas será de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do Edital de Convocação.

§ 1º. O requerimento de registro de chapas far-se-á junto ao Diretor Administrativo da Cooperativa ou junto à pessoa por ele designada, em dias úteis, no horário de 10h (dez horas) as 15h (quinze horas).

§ 2º. O requerimento de registro de chapa será endereçado ao Sicoob Credinor (modelo de requerimento – Anexo I e Anexo II), instruído com a ficha de qualificação dos candidatos (modelo de ficha – Anexo III), documentação que comprove a condição descrita no inciso IV do artigo 41 do Estatuto Social da Cooperativa, currículo do candidato e declaração, exceto se com mandato em vigor, conforme modelo em anexo (Anexo IV e Anexo V) acompanhada das seguintes certidões do respectivo domicílio do candidato e de eventuais empresas controladas ou administradas pelo candidato:

- a)** Certidão de feitos da Justiça Federal (1ª e 2ª instâncias);
- b)** Certidão de feitos da Justiça Estadual (1ª e 2ª instâncias);
- c)** Tribunal Superior do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- d)** Cartório de protesto de títulos;
- e)** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- f)** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da Secretaria de Estado de Fazenda;



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

- g) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da Secretaria Municipal de Fazenda;
- h) Antecedentes criminais da Polícia Federal;
- i) Antecedentes criminais da Polícia Civil;
- j) Certidão de quitação eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral;
- k) Certidão negativa de crimes eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral;
- l) Tribunal de Contas da União;
- m) Tribunal de Contas Estadual.

§ 3º. O requerimento de registro de chapa para o Conselho de Administração e para o Conselho fiscal deverá se dar de forma separada e independente, não podendo ser recebido requerimento de registro de chapa que contemple, concomitantemente, os candidatos a ambos os Conselhos.

§ 4º. É vedado o registro de chapa com número inferior ao de membros do respectivo órgão estatutário descrito no Estatuto Social da Cooperativa.

Art. 4º. Encerrado o prazo para requerimento de registro das chapas, o Diretor Administrativo do Sicoob Credinor remeterá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao Coordenador da Comissão Eleitoral Originária, a documentação de que trata o art. 3º deste Regimento.

CAPÍTULO IV – DA PROPAGANDA

Art. 5º. Na data da eleição, somente será permitida propaganda eleitoral a uma distância de 50 (cinquenta) metros do local de votação, sob pena de impugnação da chapa responsável, a critério da Comissão Eleitoral Originária.

§ 1º. A Cooperativa poderá demarcar a área limítrofe descrita neste artigo;

§ 2º. Este artigo não se aplica às Assembleias Gerais digitais.

Art. 6º. É vedado aos membros das Comissões Eleitorais Originária e Recursal participarem de propaganda eleitoral para qualquer candidato da votação.

CAPÍTULO V – DAS COMISSÕES ELEITORAIS SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 7º. Na Assembleia Geral Ordinária do SICOOB CREDINOR serão eleitas a Comissão Eleitoral Originária e a Comissão Eleitoral Recursal, ambas compostas de associados do SICOOB CREDINOR.

§ 1º. Não poderão compor nenhuma das comissões eleitorais integrantes de órgãos estatutários do SICOOB CREDINOR ou candidatos a eles, empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais.

§ 2º. O membro das comissões eleitorais que venha a se desligar do quadro social do SICOOB CREDINOR, perderá automaticamente seu cargo na respectiva comissão eleitoral.

§ 3º. Em caso de vacância do cargo, os membros efetivos da comissão eleitoral serão substituídos pelos suplentes, obedecida a ordem decrescente de tempo de associação ao SICOOB CREDINOR.

§ 4º. A Comissão Eleitoral Originária e a Comissão Eleitoral Recursal somente poderão exercer suas funções com o concurso de três membros, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata.

§ 5º. Na hipótese de vacância em qualquer das comissões eleitorais, vacância esta que impossibilite o seu funcionamento, conforme § 4º deste Artigo, deverá ser imediatamente convocada assembleia geral para preenchimento do(s) cargo(s) vago(s).

§ 6º. Em quaisquer casos de substituição, os substitutos exercerão o cargo somente até o final do mandato de seus antecessores

SEÇÃO II - DA COMISSÃO ELEITORAL ORIGINÁRIA

Art. 8º. A Comissão Eleitoral Originária, composta de 03 (três) membros efetivos, sendo um Coordenador, que é escolhido dentre e pelos membros efetivos da Comissão, e 03 (três) membros suplentes, com prazo de mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos, rege-se pelas seguintes normas:

I. Compete à Comissão Eleitoral Originária a análise quanto à formalização dos documentos previstos no Art. 3º, bem como ao atendimento ou não pelos candidatos das condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR.

II. A análise de que trata o inciso I deste Artigo deverá ser realizada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da documentação de que trata o art. 3º deste Regimento.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

III. Constatado que a documentação encontra-se completa, bem como que foram atendidas por todos os candidatos que a compõem todas as condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR, o Coordenador da Comissão Eleitoral Originária:

a) disponibilizará 01 (um) dia útil, a contar do término do prazo descrito no inciso II deste artigo, para consulta pelos representantes das chapas, o resultado da análise da Comissão Eleitoral Originária, referente à sua respectiva chapa.

b) providenciará, também, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do término do prazo descrito no inciso II deste artigo, a entrega de toda a documentação recebida ao Diretor Administrativo do SICOOB CREDINOR, acompanhada de carta em que será declarada completa a documentação bem como o atendimento, pelos candidatos, das condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR.

IV. Caso a documentação esteja incompleta ou, constatado o não atendimento por qualquer candidato da chapa das condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR, o Coordenador da Comissão Eleitoral Originária:

a). disponibilizará, em 01 (um) dia útil a contar do término do prazo descrito no inciso II deste artigo, o resultado da análise da Comissão Eleitoral Originária para consulta pelos representantes das chapas, referente à sua respectiva chapa.

b) caberá ao representante da chapa, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do término do prazo descrito na alínea "a" deste inciso, providenciar a complementação da documentação faltante; ou a substituição do (s) candidato (s) que não atenda (m) às condições de candidatura e/ou elegibilidade, por associado (s) que as atenda (m); ou apresentar recurso nos termos do inciso V deste artigo.

c) não será feito o registro da chapa cujo representante e/ou integrante não tomarem as providências solicitadas, na forma deste artigo.

V. Da decisão prevista no inciso IV deste Artigo, cabe recurso, com efeito suspensivo, à Comissão Eleitoral Recursal, a ser interposto pelo candidato envolvido no prazo descrito na alínea "b", inciso IV deste artigo.

VI. Sendo mantida a decisão da Comissão Eleitoral Originária pela Comissão Eleitoral Recursal, deverá o representante da chapa providenciar a complementação da documentação faltante; ou a substituição do (s) candidato (s) que não atenda (m) às condições de candidatura e/ou elegibilidade, por associado (s) que as atenda (m), sob pena de indeferimento da chapa, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação da decisão da Comissão Eleitoral Recursal.

§ 1º. A substituição de cada candidato de que tratam os incisos IV e VI deste artigo, poderá ser realizada uma única vez, sendo negado o registro da chapa caso o

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

substituto não preencha as condições de candidatura e/ou elegibilidade, cabendo, no caso da substituição descrita no inciso IV, recurso desta decisão à Comissão Eleitoral Recursal, observado o disposto no inciso V, ambos deste artigo.

§ 2º. Os resultados das análises da Comissão Eleitoral Originária serão disponibilizados na sede da Cooperativa, aos cuidados do Diretor Administrativo.

SEÇÃO III - DA COMISSÃO ELEITORAL RECURSAL

Art. 9º. A Comissão Eleitoral Recursal, composta de 03 (três) membros efetivos, sendo um Coordenador que é escolhido dentre e pelos membros efetivos da Comissão, e 03 (três) membros suplentes, distintos dos integrantes da Comissão Eleitoral Originária, tem prazo de mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos, competindo-lhe o julgamento de recurso interposto de decisão proferida pela Comissão Eleitoral Originária, conforme inciso V, do Art. 8º deste Regimento.

§ 1º. A Comissão Eleitoral Recursal tem o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para julgamento do recurso, a contar de sua interposição.

§ 2º. Julgado o recurso, o Coordenador da Comissão Eleitoral Recursal disponibilizará na Cooperativa, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da análise da Comissão Eleitoral Recursal ao recorrente e ao representante da respectiva chapa.

§ 3º. Caso seja dado provimento ao recurso interposto, o candidato recorrente concorrerá às eleições.

§ 4º. Contra a decisão proferida pela Comissão Eleitoral Recursal, não caberá recurso administrativo de qualquer natureza.

§ 5º. A atuação da Comissão Eleitoral, seja originária seja recursal, não importará em ônus para qualquer das partes envolvidas, sendo que cumprirá ao SICOOB CREDINOR tão e somente o reembolso das despesas realizadas em função do encargo, devidamente comprovadas.

§ 6º. Os resultados das análises da Comissão Eleitoral Recursal serão disponibilizados na sede da Cooperativa, aos cuidados do Diretor Administrativo.

CAPÍTULO VI - DO TERMO DE REGISTRO DE CHAPAS

Art. 10. Concluídas as fases descritas no Capítulo III, toda a documentação relativa ao processo eleitoral será entregue ao Diretor Administrativo do SICOOB CREDINOR, que providenciará a imediata lavratura do Termo de Registro de Chapas, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes.

Parágrafo Único. Lavrado o Termo de Registro de Chapa, o Diretor Administrativo do



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

SICOOB CREDINOR, providenciará, em 02 (dois) dias úteis, a fixação, em sua sede e PA's, bem como no local da eleição, este último apenas no dia do pleito e se presencial ou semipresencial, da relação da(s) chapa(s) registrada(s).

Art. 11. Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapas, o Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa, dentro de 10 (dez) dias úteis contados do encerramento do prazo para registro de chapas, providenciará nova convocação de eleição.

CAPÍTULO VII – DA RENÚNCIA DO CANDIDATO

Art. 12 – O candidato poderá renunciar ao seu registro de candidatura até 10 (dez) dias úteis antes da eleição.

§ 1º. O ato de renúncia, datado e assinado, expresso em documento com firma reconhecida por tabelião ou por duas testemunhas, deve ser entregue ao Diretor Administrativo do SICOOB.

§ 2º. A renúncia ao registro de candidatura impede que o candidato renunciante volte a concorrer para o mesmo cargo na mesma eleição.

§ 3º. O pedido de registro do substituto do candidato, nos termos deste artigo, deve ser requerido até 2 (dois) dias úteis contados da entrega do ato de renúncia ao Diretor Administrativo.

§ 4º. Em caso de falecimento de candidato, antes das eleições, o mesmo poderá ser substituído por meio de requerimento escrito do representante da respectiva chapa, a ser apresentado ao Diretor Administrativo do SICOOB até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início, em primeira convocação, da Assembleia Geral para eleição.

§ 5º. Em qualquer hipótese o substituto deve atender às condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR.

§ 6º. Apresentado o requerimento para substituição de candidato, devidamente instruído com os documentos previstos neste Regimento Eleitoral, caberá à Comissão Eleitoral Originária, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a análise quanto à formalização dos documentos apresentados, bem como quanto ao atendimento ou não pelo candidato substituto das condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR.

§ 7º. Constatado que a documentação encontra-se completa, bem como que foram atendidas todas as condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR, o Coordenador da Comissão Eleitoral Originária disponibilizará o resultado da sua análise ao respectivo representante da chapa e ao Diretor



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Administrativo, nos termos do §2º artigo 9º, até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para o início, em primeira convocação, da Assembleia Geral para eleição.

§ 8º. Não será feito o registro da respectiva chapa, caso o substituto nos termos deste artigo, não atenda a todas as condições de candidatura e elegibilidade previstas neste Regimento e no Estatuto Social do SICOOB CREDINOR, não sendo admitido o registro da chapa com número de membros inferior ao descrito no estatuto social da Cooperativa para o respectivo órgão estatutário.

§ 9º. Da decisão da Comissão Eleitoral Originária descrita neste artigo, não caberá recurso à Comissão Eleitoral Recursal ou qualquer outro recurso administrativo, bem como não se admitirá nova substituição do candidato.

§ 10º. Havendo substituição de candidato (s), conforme previsto neste Regimento Eleitoral, caberá ao SICOOB CREDINOR realizar a divulgação do fato, por meio de informativo a ser fixado em sua sede e PA's, não havendo necessidade de alterar o nome do substituído na cédula de votação, caso este seja o representante da chapa.

CAPÍTULO VIII - DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

Art. 13. O sigilo do voto será assegurado através das seguintes exigências:

§1º. Para as Assembleias Gerais presenciais:

I. Uso de cédula exclusiva para o Conselho de Administração e outra exclusiva para o Conselho Fiscal;

II. Cada cédula deverá conter, antes da indicação do número da chapa seguida do nome do respectivo representante, um retângulo para que o eleitor marque sua opção, sendo que os números das chapas serão lançados em ordem de inscrição, conforme modelo abaixo:

SICOOB CREDINOR	
Cédula de votação para Eleição do CONSELHO _____.	<input type="checkbox"/> Chapa 01 – FULANO DE TAL
Assembleia Geral realizada em ____/____/____.	<input type="checkbox"/> Chapa 02 – FULANO DE TAL
Assinatura coordenador da Mesa Coletora de Votos.	<input type="checkbox"/> Chapa 03 – FULANO DE TAL

III. Somente será lançado na cédula o nome do respectivo representante da chapa. A



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

cédula será confeccionada em papel branco, opaco pouco absorvente, caracteres impressos em tinta preta e tipos uniformes, a qual dobrada, resguarde o sigilo de voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la;

IV. Isolamento do eleitor na cabine indevassável para o ato de votar;

V. Garantia da autenticidade da cédula única, à vista das rubricas do Coordenador da Mesa Coletora de Votos e de dois mesários designados pela Comissão Eleitoral Originária;

VI. Emprego de urnas separadas para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, devendo ser assegurada a inviolabilidade do voto; a (s) urna (s) deverá (ão) ser suficientemente ampla (s) para que não se acumulem as cédulas a medida em que forem introduzidas.

§2º. Para as Assembleias Gerais semipresenciais e digitais, nas quais a votação ocorrerá exclusivamente por meio de sistema eletrônico:

I. cadastro no sistema eletrônico de votação exclusivo para o Conselho de Administração e outro exclusivo para o Conselho Fiscal;

II. no sistema eletrônico deverá conter o número da chapa e o nome do representante ao lado, bem como ser cadastrado em cada chapa o nome dos demais integrantes.

§ 3º. As Assembleias Gerais semipresenciais poderão, a critério da Diretoria Executiva da Cooperativa, ter a votação de forma mista, ou seja, por meio de cédula para os associados presentes no local físico e por meio eletrônico para os associados presentes remotamente, cabendo observar o seguinte:

I. observância do disposto no §1º deste artigo para as votações realizadas pelos associados no local físico da Assembleia Geral;

II. cadastro no sistema eletrônico de votação nos termos do §2º deste artigo no caso das votações realizadas remotamente;

III. divulgação no edital de convocação da Assembleia Geral sobre a adoção de votação na modalidade mista;

IV. caso adotado o sistema de voto misto, o associado presente fisicamente na Assembleia Geral não poderá votar em meio eletrônico.

Art. 14. O processo de votação terá a duração de 08 (oito) horas ininterruptas, podendo ser encerrado num prazo menor, desde que todos os associados com direito a voto presentes na fila para assinatura da lista de votação e na fila para votação, tenham votado.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Parágrafo único: Na assembleia geral semipresencial ou digital, em que a votação ocorrer exclusivamente por meio eletrônico, o processo de votação terá a duração de 02 (duas) horas ininterruptas, a contar do encerramento da apresentação dos assuntos da ordem do dia.

Art. 15. A Cooperativa deve garantir a acessibilidade para o associado com deficiência ou com mobilidade reduzida.

SEÇÃO I - DA MESA COLETORA DE VOTOS

Art. 16. A(s) Mesa(s) Coletora(s) de Votos funcionará(o) sob a exclusiva responsabilidade, cada uma, de um coordenador e mesários nomeado(s) pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa, dentre os associados da Cooperativa, não sendo permitida a indicação de candidato aos cargos em disputa, bem como de integrantes de órgão estatutário na Cooperativa;

Parágrafo Único - Cada chapa poderá indicar um representante para funcionar como fiscal dos trabalhos de eleição.

Art. 17. Todos os membros da Mesa Coletora de Votos deverão estar presentes ao ato de abertura, durante e no encerramento da votação, salvo motivo de força maior, consignado em ata.

§ 1º. Não comparecendo o coordenador da Mesa Coletora de Votos até 15 (quinze) minutos antes da hora para o início da votação, assumirá a coordenação um mesário a ser nomeado pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa.

§ 2º. Não comparecendo os membros da mesa ou sendo estes em número inferior a 3 (três), a Comissão Eleitoral Originária escolherá entre os associados presentes na Assembleia, tantas pessoas quantas forem necessárias para compor a mesa, observados os impedimentos previstos no caput do Art. 16.

Art. 18. Somente poderão permanecer no recinto da(s) Mesa(s) Coletora(s) de Votos os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Parágrafo Único: Nenhuma pessoa estranha à Mesa(s) Coletora(s) de votos poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação.

Art. 19. Na hora determinada no edital para encerramento da votação, observado o disposto no artigo 14 deste Regimento, havendo no recinto eleitores a votar, serão distribuídas senhas.

§ 1º. Encerrados os trabalhos de votação, a(s) urna(s) será(ão) lacrada(s) pelo coordenador da da(s) Mesa(s) Coletora(s) de Votos e rubricada(s) pelos fiscais, em seguida, o respectivo coordenador fará lavrar ata, que será também assinada pelos



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

mesários e fiscais, registrando a data e duração, início e encerramento dos trabalhos e número total de votantes, bem como, resumidamente, os protestos.

§ 2º. O coordenador de cada Mesa Coletora de Votos fará a entrega ao coordenador da mesa apuradora, mediante recibo, de todo o material utilizado durante a votação.

CAPÍTULO IX – DA APURAÇÃO

SEÇÃO I - DA MESA APURADORA DE VOTOS

Art. 20. A seção eleitoral de apuração será instalada imediatamente após o encerramento da votação.

§ 1º. Será composta uma Mesa Apuradora de Votos para o Conselho de Administração e outra para o Conselho Fiscal.

§ 2º. Cada Mesa Apuradora de Votos será composta de escrutinadores indicados pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa, ficando assegurado o acompanhamento dos trabalhos pelos fiscais designados na proporção de até 2 (dois) por chapa.

§ 3º. O coordenador de cada Mesa Apuradora de Votos será nomeado pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa.

§ 4º. Não será permitida a indicação de candidato aos cargos em disputa, bem como de integrantes de órgão estatutário na Cooperativa para compor a Mesa Apuradora de Votos.

Art. 21. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal serão eleitos por voto dos associados, sendo considerada vencedora a chapa que alcançar maioria dos votos válidos.

Art. 22. Finda a apuração, os componentes de cada Mesa Apuradora de Votos farão lavrar ata da apuração.

Parágrafo Único: A ata da Mesa Apuradora de Votos mencionará obrigatoriamente:

I. Local, dia e hora de abertura e do encerramento dos trabalhos;

II. Resultado da uma apurada, especificando-se o número de associados com direito a voto, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;

III. Número total de eleitores que votaram;

IV. Resultado geral de apuração;



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

II. supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;

III. elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;

IV. aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;

V. deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;

VI. avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da Cooperativa;

VII. aprovar e divulgar normativos operacionais internos da Cooperativa;

VIII. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central Crediminas e das áreas de Auditoria e Controles Internos;

IX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis de não uso próprio da sociedade, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;

IX. resolver os casos omissos, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;

X. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis de não uso próprio da sociedade, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º. As atribuições designadas a cada diretor executivo, previstas no Regimento Interno da DIREX, deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.

§ 2º. É vedada a participação do Diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito nas decisões e deferimentos de operações de crédito, inclusive nas hipóteses de substituição temporária.

§ 3º. Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor Administrativo serão acumuladas pelo Diretor Financeiro, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e §2º deste artigo.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 52 Compete ao Diretor Financeiro:

- I. substituir o Diretor Administrativo e o Diretor de Gestão de Riscos;
- II. responder pelas áreas de negócio e relacionamento com os associados;
- III. coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- IV. representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;
- V. supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- VI. gerir atividades comerciais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;
- VII. acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização, observada a regulamentação em vigor.
- VIII. conceber as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;
- IX. executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo etc.);

Art. 53. Compete ao Diretor Administrativo:

- I. representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 47, que somente poderá ser exercida se houver outorga de procuração específica do presidente do Conselho de Administração;
- II. assessorar o diretor financeiro nos assuntos a ele competentes;
- III. substituir o diretor financeiro e o diretor de gestão de riscos;
- IV. dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de crédito, recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da *Cooperativa* (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito etc.);

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

V. auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral

VI. garantir a execução das políticas e diretrizes de recursos humanos, crédito, tecnologia e materiais;

VII. orientar e acompanhar a execução da contabilidade da *Cooperativa*, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;

VIII. zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;

IX. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;

X. coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes.

XI. zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;

XII. gerir as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital.

Art. 54 Compete ao Diretor de Gestão de Riscos:

I. elaborar relatórios mensais, a serem apresentados ao Conselho de Administração;

II. supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;

III. dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;

IV. gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir as determinações regulamentares;

V. responder pelo gerenciamento de riscos e pelo gerenciamento de capital da Cooperativa.

SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO

Art. 55. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da *Cooperativa*:



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judicium*;

II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;

III. deverá constar que o empregado da *Cooperativa* sempre assine em conjunto com um diretor.

Art. 56. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da *Cooperativa* deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no *caput* deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

CAPÍTULO VI DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL

Art. 57. A administração da *Cooperativa* será fiscalizada assídua e minuciosamente por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regimento próprio.

§1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente.

§2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

Art. 58. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 45 deste Estatuto Social.

§1º. Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

§2º. Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 59. No caso de vacância, será efetivado membro suplente, obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente.

Art. 60. Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

SEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Art. 61. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 3 (três) membros efetivos ou dos suplentes previamente convocados;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

§ 1º. Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

§ 2º. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

§ 3º. Os membros suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros efetivos.

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 62. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

- III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela *Cooperativa*;
- IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;
- V. convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;
- VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- VIII. aprovar o próprio regimento interno;

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da *Cooperativa*, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da *Cooperativa*, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

Art. 63. Além de outras hipóteses previstas em lei, a *Cooperativa* dissolve-se de pleno direito:

- I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
- II. pela alteração de sua forma jurídica;
- III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;
- IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 64. A liquidação da *Cooperativa* obedece às normas legais e regulamentares próprias.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

TÍTULO VII DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 65. Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil, para que surtam efeitos legais, os atos societários deliberados pela *Cooperativa*, referentes a:

- I. eleição de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- II. reforma do estatuto social;
- III. mudança do objeto social;
- IV. fusão, incorporação ou desmembramento;
- V. dissolução voluntária da sociedade, nomeação do liquidante e eleição dos conselheiros fiscais.

Art. 66. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social, Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 67. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Art. 68. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

ITEM 2. Aprovação das atualizações no Plano e Política de Sucessão de Administradores -

O Sr. Pedro Henrique Barbosa – Assessor Jurídico do Sicoob Credinor, por solicitação do Sr. Dario Colares, Presidente do Conselho de Administração apresentou aos presentes as atualizações no Plano e Política de Sucessão de Administradores. Após a apresentação, o Sr. Dario colocou a proposta em discussão, e posteriormente perguntou ao plenário se havia alguma manifestação contrária ao apresentado, e não havendo

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

manifestação contrária a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada na íntegra pela unanimidade dos presentes, exceto os legal e estatutariamente impedidos de votar. Abaixo segue a redação aprovada para o Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob Credinor:

Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob Credinor

1. Considerações gerais

- 1.1 O Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob Credinor deverá seguir as diretrizes da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob, que se caracteriza pelo planejamento estrategicamente alinhado às boas práticas de governança e tem como objetivo zelar pela transparência e sustentabilidade dos processos decisórios, objetivando o desenvolvimento e a renovação qualificada da alta administração.
- 1.2 Este documento deve complementar o estatuto social da entidade e o normativo que descreve sobre o processo eleitoral, Pacto de Ética do Sicoob e o Programa de Integridade.
- 1.3 O Plano de Sucessão é voltado à alta administração e seus potenciais sucessores e contempla processos distintos para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.
- 1.4 Este plano foi estruturado em etapas sequenciais e inter-relacionadas da seguinte forma: I) Identificação; II) Validação; III) Avaliação; IV) Capacitação e para os diretores V) Retenção.
- 1.5 Neste plano, o Conselho de Administração é subdividido em três grupos, sendo:
 - a) *Futuro Conselheiro de Administração*: público que almeja participar do processo eleitoral e deve participar das etapas de Identificação e Validação.
 - b) *Conselheiro de Administração em exercício do 1º mandato*: público que deve passar pela etapa de Capacitação, participando de programa de formação e capacitação para o exercício de suas funções;
 - c) *Conselheiro de Administração em recondução de mandato*: público que deve estar em constante aperfeiçoamento de suas competências (etapa de Capacitação) e que identifica e forma futuros sucessores, compartilhando sua experiência.
- 1.6 Já a Diretoria Executiva é subdividida em dois grupos, sendo:

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

- a) *Candidatos ao cargo de diretor proveniente de seleção interna:* o atual empregado do Sicoob, em desenvolvimento de carreira, com perfil adequado para a sucessão. O candidato deve passar pelas 4 etapas citadas no item 1.4;
- b) *Candidatos ao cargo de diretor proveniente de seleção externa:* o profissional de mercado. O candidato deve passar pelas 4 etapas citadas no item 1.4.
- 1.7 O Plano de Sucessão deve ser aplicado também aos substitutos de membros da alta administração em casos de vacância objetivando atender as qualidades para a plena continuidade da gestão da entidade.

2. Conselho de Administração

Etapa I - Identificação

- 1.1 O procedimento de Identificação é a verificação dos pré-requisitos exigidos pela regulamentação em vigor para o *futuro Conselheiro de Administração*.
- 1.2 Para atendimento aos pré-requisitos do cargo as informações devem ser apresentadas e detalhadas no currículo e suficientemente evidenciadas por meio de documentos comprobatórios.
- 1.3 A Identificação e checagem das informações apresentadas serão feitas mediante consulta em sistema de banco de dados disponíveis: fonte pública e privada de dados cadastrais, documentos, certificados ou outras solicitações do Banco Central do Brasil.

Pré-requisitos ao cargo: Legais, Estatutários e Regimentais.	Cooperativas de Porte I, II e III
<p>a) Ser um associado ativo, tendo operado regularmente com o Sicoob Credinor nos dois últimos exercícios sociais e demais condições previstas no Estatuto Social e no Regimento Eleitoral do Sicoob Credinor.</p> <p>b) Apresentar reputação ilibada:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa na internet com o nome do candidato e verificar a existência de informação que o desabone; Consultar empresas ou organizações que tenham vínculo com o candidato ou com algum parente de 1º grau. Caso seja identificado o vínculo, verificar a situação cadastral no site da receita federal (CNPJ empresa) a natureza, a integridade e a confiabilidade da organização administrada pelo candidato. Pesquisar se não há processo-crime ou inquérito policial a que esteja respondendo o candidato, ou qualquer sociedade de que seja ou tenha sido, à época dos fatos, controlador ou administrador; 	Devem-se observar as condições exigidas.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar se não há processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional; • Pesquisar se não há outras situações, ocorrências ou circunstâncias julgadas relevantes pelo Banco Central do Brasil. 	
<p>c) Ser residente no país:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar comprovante de residência em do nome do candidato. Exemplo: notificação do Imposto de Renda do último exercício; recibo da declaração referente ao exercício em curso; contrato de locação em que figure como locatário; 	
<p>d) Não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emitir os seguintes documentos: certidão de antecedentes criminais (sítio da Polícia Federal); certidões negativas, nada consta cível, criminal, dentre outras disponíveis nos sítios dos tribunais de cada região e comprovante de regularidade no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central (CCF). • Obter declaração do indicado. 	
<p>e) Não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificar situação jurídica no sítio do Banco Central do Brasil. • Obter declaração do indicado. 	
<p>f) Não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa da situação cadastral no Sisbr; • Realizar pesquisa em bancos de dados cadastrais e órgãos fazendários; • Realizar pesquisa nos cartórios de protesto de títulos competentes; • Realizar pesquisa nas secretarias estadual e municipal de Fazenda competentes; • Realizar pesquisa na Receita Federal do Brasil; 	



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa nos tribunais de contas da União e estadual competente; Obter declaração do indicado. 	
g) Não estar declarado falido ou insolvente. <ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa da situação cadastral no Sisbr; Realizar pesquisa em bancos de dados cadastrais; Obter declaração do indicado. 	
h) Não ter controlado ou administrado, nos 2 anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial. <ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisas nos órgãos competentes; Obter declaração do indicado. 	
i) Observar o disposto no Pacto de Ética – no que tange a eventual conflito de interesse, propondo, conforme o caso, plano de regularização para eventual conflito.	

1.4 As condições acima, previstas na Resolução CMN 4.122/2012 serão avaliadas à luz dos normativos emanados do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Pré-requisitos desejáveis ao cargo: Formação	Cooperativas de Porte I, II e III
a) Formação acadêmica e certificações: <ul style="list-style-type: none"> Curso Superior Concluído, preferencialmente nas áreas de exatas ou ciências sociais aplicadas; e Certificação de Conselheiros em Governança Corporativa, realizada em instituições de reconhecida reputação. 	Certificado acadêmico; Certificado de conclusão.
Pré-requisitos ao cargo: Experiência	Cooperativas de Porte I, II e III
a) Mínimo: Capacidade técnica e gerencial, verificando conhecimentos em: <ul style="list-style-type: none"> Visão estratégica, sistêmica e de longo prazo; Conhecimento das melhores práticas de governança; Conhecimentos da legislação aplicável às funções do cargo. b) Desejável: Capacidade técnica e gerencial, verificando: <ul style="list-style-type: none"> Vivência na gestão e administração de crises no contexto de negócios; Experiência na identificação e controle de riscos; Conhecimentos dos negócios da Cooperativa; 	Instrumento de avaliação; Análise curricular, Documentos.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

• Conhecimentos em finanças, contabilidade e mercado financeiro nacional.	
Pré-requisitos ao cargo: Disponibilidade	Cooperativas de Porte I, II e III
a) Disponibilidade de tempo: • Para o Conselheiro Vogal: o candidato deverá se comprometer a dedicar tempo suficiente para exercer adequadamente suas funções nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho; • Para o Presidente do Conselho de Administração: o candidato deverá ter disponibilidade de tempo suficiente para atender todas as demandas do cargo nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração.	Devem-se observar as condições exigidas.

- 1.5 Este documento não se sobrepõe às exigências contidas no normativo sobre eleição da entidade.
- 1.6 É responsabilidade do Coordenador/Representante de chapa, durante a composição da mesma, observar o perfil, os requisitos e critérios mínimos estabelecidos, a fim de garantir a aderência dos candidatos aos itens exigidos.
- 1.7 Aqueles associados que se candidatarem ao cargo de Conselheiro de Administração deverão seguir o seguinte fluxo:
- Apresentar ao Coordenador/Representante de Chapa toda a documentação exigida pelo Regimento Eleitoral, bem como os documentos comprobatórios relacionados aos itens acima, inclusive o currículo e o certificado acadêmico, se houver, dentro do cronograma e procedimento definido pelo Regimento Eleitoral do Sicoob Credinor.
 - Realizadas as consultas e confirmados que os requisitos foram todos cumpridos, o Coordenador/Representante formalizará junto a Comissão Eleitoral do Sicoob Credinor o pedido de registro de chapa, observado o cronograma e procedimento definido pelo Sicoob Credinor a partir do referido Regimento.

Etapa II – Validação

- II.1 Caberá à Comissão Eleitoral conduzir a etapa de validação da documentação dos candidatos de forma presencial, adotando as providências previstas no Regimento Eleitoral, realizar a triagem e verificação da documentação dos candidatos ao cargo de Conselheiro de Administração através da avaliação do cumprimento das condições previstas no subitem I.4.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Etapa III – Avaliação de Desempenho

- III.1 A avaliação é uma técnica de coleta de dados com perguntas pré-definidas que norteiam o exercício da função;
- III.2 A coleta de dados é realizada anualmente (preferencialmente em janeiro de cada exercício), os dados são compilados e reportados ao colegiado para efeito de definição de plano de ação, caso julgado necessário pelo grupo;
- III.3 A avaliação desempenho é realizada por meio do formulário de autoavaliação, composto por perguntas abertas e fechadas (anexo I deste plano).

Tema das perguntas	Número das perguntas no questionário
Estratégia de negócios e riscos corporativos	1 a 6
Dinâmica do Conselho de Administração e participações dos conselheiros	7 a 23
Desempenho Individual	24 a 30

Etapa IV - Capacitação

- IV.1 Ações de desenvolvimento com o objetivo de aperfeiçoar ou adquirir conhecimentos necessários e alinhá-los aos valores e propósito do Sicoob Credinor;
- IV.2 O Sicoob Credinor tem o papel de oferecer capacitação contínua sobre os temas relevantes para formação dos Conselheiros;
- IV.3 A capacitação contínua é pré-requisito para uma governança apoiada nas boas práticas de gestão e deve ser compromisso do candidato;
- IV.4 As ações de capacitação constarão no Plano Institucional de Capacitação de Dirigentes, aprovada anualmente pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação;
- IV. 5 Recomenda-se a realização das trilhas definidas como DNA Sicoob para Dirigentes nos seis primeiros meses após a posse;
- IV. 6 Seu cumprimento será monitorado para efeito de renovação da Certificação de Dirigente.
- IV.4 Seguem os temas de formação continuada desejáveis para os Conselheiros em 1º mandato ou recondução de mandato:

3.Diretoria Executiva

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Etapa I - Identificação

- I.1 Verificação pelo Conselho de Administração das pré-condições dos candidatos ao cargo de diretor proveniente de seleção interna ou externa.
- I.2 Faz-se necessário nesta etapa a definição do perfil do candidato ideal à sucessão, incluindo: capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovação acadêmica, experiência profissional ou quaisquer outros requisitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela entidade.
- I.3 Compreendem-se por atendimento dos pré-requisitos ao cargo as informações apresentadas no currículo, detalhadas e suficientemente evidenciadas por meio de documentos comprobatórios.
- I.4 A identificação e checagem das informações apresentadas serão feitas mediante consulta em sistema de banco de dados disponíveis: fonte pública e privada de dados cadastrais, documentos, certificados ou outras solicitações do Banco Central do Brasil.
- I.5 De forma a oferecer apoio técnico e transparência na etapa de identificação, poderá ser contratada empresa especializada para aplicar os instrumentos de aferição no caso de candidato externo.

Pré-requisitos ao cargo: Legais, Estatutários e Regimentais.	Cooperativas de Porte I, II e III
<p>a) Apresentar reputação ilibada:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa na internet com o nome do candidato e verificar a existência de informação que desabone; Consultar empresas ou organizações que tenham vínculo com o candidato ou com algum parente de 1º grau. Caso seja identificado o vínculo, verificar a situação cadastral no sítio da receita federal (CNPJ empresa) a natureza, a integridade e a confiabilidade da organização administrada pelo candidato. Pesquisar se não há processo-crime ou inquérito policial a que esteja respondendo o candidato, ou qualquer sociedade de que seja ou tenha sido, à época dos fatos, controlador ou administrador; Pesquisar se não há processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional; Pesquisar se não há outras situações, ocorrências ou circunstâncias julgadas relevantes pelo Banco Central do Brasil. <p>b) Ser residente no país: solicitar comprovante de residência em nome do candidato. Exemplo: notificação do Imposto de Renda do último exercício; recibo da declaração referente ao exercício em curso; contrato de locação em que figure como locatário.</p>	<p>Devem-se observar as condições exigidas.</p>

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<p>c) Não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emitir os seguintes documentos: certidão de antecedentes criminais (sítio da Polícia Federal); certidões negativas, nada consta cível, criminal, dentre outras disponíveis nos sítios dos tribunais de cada região e comprovante de regularidade no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central (CCF). • Obter Declaração do Indicado. 	
<p>d) Não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificar situação jurídica no sítio do Banco Central do Brasil. • Obter Declaração do Indicado. 	
<p>e) Não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa da situação cadastral no Sisbr. • Realizar pesquisa em bancos de dados cadastrais e órgãos fazendários; • Realizar pesquisa nos cartórios de protesto de títulos competentes; • Realizar pesquisa nas secretarias estadual e municipal de Fazenda competentes; • Realizar pesquisa na Receita Federal do Brasil; • Realizar pesquisa nos tribunais de contas da União e estadual competente; • Obter declaração do indicado. 	
<p>f) Não estar declarado falido ou insolvente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa da situação cadastral no Sisbr. • Realizar pesquisas nos órgãos competentes; • Obter declaração do indicado. 	
<p>g) Não ter controlado ou administrado, nos 2 anos que antecedem a nomeação, firma ou sociedade objeto de</p> <ul style="list-style-type: none"> • declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial. • Obter declaração do indicado. 	
<p>h) Observar o disposto no Pacto de Ética – no que tange a eventual conflito de interesse, propondo, conforme o caso, plano de regularização para eventual conflito.</p>	
<p>Pré-requisitos ao cargo: Formação</p>	<p>Cooperativas de Porte I, II e III</p>
<p>Para Candidatos internos ou externos:</p>	<p>Certificado acadêmico;</p>

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<ul style="list-style-type: none"> • Formação acadêmica e certificações; • Curso Superior Concluído, preferencialmente nas áreas de exatas ou ciências sociais aplicadas; • Conhecimentos em contabilidade, riscos, tributos e legislação; • Conhecimentos avançados nos assuntos que estarão sob sua gestão; • Pós-graduação concluída em áreas gerenciais ou finanças (exigível unicamente para candidatos com curso superior); • ANBIMA CPA10 e/ou certificação superior. <p>Para candidatos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em Cursos, Congressos, Conferências e Seminários na área financeira voltados ao constante aperfeiçoamento profissional. <p>Para candidatos internos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trilha DNA Sicoob para Dirigentes; • Participação em Cursos, Congressos, Conferências e Seminários relativos à área financeira com foco constante no aperfeiçoamento profissional, comprovado via certificado. • Aprovação na certificação de dirigentes ofertada por instituição parceira do Sicoob Universidade. 	<p>Certificado de conclusão.</p>
<p>Pré-requisitos ao cargo: Experiência</p> <p>a) Capacidade técnica e gerencial, verificando, dentre outros, não cumulativamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 5 anos como gestor na área financeira e/ou de empresas/negócios; • Experiência na tomada de decisões a partir da análise de relatórios gerenciais; • Vivência na gestão de equipes e desenvolvimento de pessoas; • Vivência em planejamento e gestão orçamentária; • Vivência na definição e implantação de Planejamento Estratégico; • Realização de prestação de contas e fechamentos financeiros parciais e globais; • Capacidade diagnóstica no que tange às necessidades de recursos humanos, financeiros, tecnológicos, físicos, etc; • Vivência na estruturação e otimização de processos e recursos; • Experiência na análise e viabilidade operacional e financeira de projetos; • Vivência no assessoramento da alta gestão nos processos de tomada de decisão. <p>b) Conhecimentos em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão estratégica, sistêmica e de longo prazo; • Melhores práticas de governança; • Legislação aplicável às funções do cargo; • Perfil de risco da entidade; • Análise e gestão de risco de crédito; • Mercado financeiro e gestão de ativos; 	<p>Cooperativas de Porte I, II e III</p> <p>Análise curricular; Análise documental; Entrevista – individual / coletiva.</p>



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<ul style="list-style-type: none"> Planejamento orçamentário; Relatórios gerenciais, contábeis e financeiros. 	
c) Habilidades interpessoais – recomenda-se aferir: <ul style="list-style-type: none"> Capacidade de trabalhar em equipe; Capacidade de liderar e influenciar pessoas; Autogestão; Comunicação. 	Avaliação técnica e psicológica utilizando recursos fornecidos pelo Sicoob Credinor.
Pré-requisitos ao cargo: Disponibilidade	Cooperativas de Porte I, II e III
a) Disponibilidade de tempo integral.	Análise curricular; Análise documental.

- 1.6 Após a aplicação dos instrumentos de aferição, o candidato será avaliado na etapa seguinte com o propósito de conhecer o grau de desenvolvimento das competências.

Etapa II – Validação

- II.1 O Conselho de Administração é responsável pela triagem e verificação da documentação dos candidatos ao cargo de diretor para atendimento de requisitos apresentados na etapa anterior.
- II.2 A definição do perfil deve conter o escopo das competências, traços de personalidade e estilo de liderança almejados.
- II.3 De forma a oferecer suporte técnico e transparência na etapa de Validação, recomenda-se que o Conselho de Administração acione o setor de Recursos Humanos do Sicoob Credinor ou do Sicoob Central Crediminas, que o apoiará:
- Na contratação de consultoria especializada;
 - Na orientação desta consultoria quanto à definição do perfil, dos instrumentos e metodologias a serem utilizadas.
- II.4 Compete ao Conselho de Administração, por meio de no mínimo 2 Conselheiros de Administração, e caso necessário, com o apoio do RH do Sicoob Central Crediminas, conduzir a checagem das exigências previstas na etapa de identificação e perfil comportamental conforme disposto na tabela abaixo.

Crítérios de Validação	Instrumentos de aferição
a) Competências profissionais (Anexo 1);	Roteiro de Entrevista por Competências
b) Estilo de liderança (assessment);	Avaliação técnica e psicológica utilizando recursos fornecidos pela Cooperativa

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ N°. 21.866.694/0001-14 E NIRE N°. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, N°. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

c) Traços de personalidade (<i>assessment</i>);	Avaliação técnica e psicológica utilizando recursos fornecidos pela Cooperativa
---	---

II.5 Além da verificação de atendimento aos pré-requisitos do cargo citados, o futuro diretor deverá firmar declaração e comprovar o cumprimento dos critérios de indicação / seleção conforme etapa I anterior.

II.6 Após a aplicação dos instrumentos de aferição, o candidato será avaliado na etapa seguinte com o propósito de conhecer o grau de desenvolvimento das competências.

Etapa III - Avaliação

III.1 Avaliação é a mensuração das competências para o desempenho no cargo e deverá se basear na análise do nível de maturidade das competências, bem como na obtenção de resultados.

III.2 A condução da avaliação de desempenho é de responsabilidade:

- Do presidente do Conselho de Administração junto ao diretor-presidente;
- Do presidente do Conselho de Administração e/ou do diretor-presidente junto aos demais diretores executivos; e
- Do diretor-executivo junto aos possíveis sucessores.

III.3 Compete ao presidente do Conselho de Administração reportar o resultado da realização do ciclo anual das avaliações de desempenho ao Conselho de Administração.

III.4 As avaliações realizadas seguirão o modelo sistêmico parametrizado na plataforma de Gestão de Pessoas (*Success*) que, além de preverem indicadores comportamentais, poderão prever metas:

Crerios de avaliaço: Competências	Cooperativas de Porte I, II e III
<p>a) Visão Estratgica do Negcio com foco em resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir e disseminar estratgias competitivas de desempenho empresarial com foco no mercado financeiro e no cenrio poltico econmico para consolidar a atuao do Sicoob no Sistema Financeiro Nacional; Acompanha o alcance de objetivos e metas da Diretoria Executiva sob sua responsabilidade, entregando resultados concretos e de qualidade, com foco estratgico no mdio e longo prazo; 	

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<ul style="list-style-type: none"> • Responde pelos resultados da Diretoria Executiva e pela condução de projetos e iniciativas estratégicas de âmbito corporativo, monitorando indicadores e atuando preventivamente para evitar riscos que possam comprometer a eficiência ou impactar nos resultados. 	
<p>b) Foco na Eficiência e Eficácia</p> <ul style="list-style-type: none"> – Agregar valor ao Sicoob por meio da otimização de recursos e identificação de oportunidades de negócios; • Define prioridades sobre orçamento e alocação de recursos em sua Diretoria Executiva, influenciando a definição de prioridades e investimentos da Cooperativa; • Garante a consistência entre o planejamento de sua Diretoria Executiva e a estratégia organizacional, respondendo pelo alinhamento de seus gestores às diretrizes definidas. 	<p>Escala de Aferição:</p> <p>1 – Ponto de Atenção</p> <p>2 – Atende parcialmente</p> <p>3 – Atende</p> <p>4 – Supera</p>
<p>c) Relacionamento Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> – Representar o Sicoob e zelar pela sua imagem institucional articulando e estabelecendo alianças estratégicas para fortalecimento da marca; • Representa internamente projetos e iniciativas estratégicas de âmbito corporativo, com foco na cooperação, integração de esforços e para a realização dos objetivos conjuntos; • Articula-se, interna e externamente, estabelecendo contatos e parcerias estratégicas, com foco na cooperação e integração de esforços para o alcance de benefícios conjuntos. 	
<p>d) Visão de Mercado</p> <ul style="list-style-type: none"> – Posicionar o Sicoob como agente de desenvolvimento local, defendendo a sustentabilidade econômica da Cooperativa e sua expansão, a fim de atender as necessidades do seu mercado; • Acompanha as principais variáveis e tendências relacionadas ao negócio, discutindo e planejando, junto a seus pares, ações corporativas para assegurar o posicionamento da Cooperativa; • Demonstra equilíbrio e foco em suas decisões atuando com dinamismo e flexibilidade em cenários que envolvem alto grau de incerteza, mantendo o nível de eficiência e produtividade da entidade. 	
<p>e) Liderança</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ser referência para o Sicoob na gestão e no reconhecimento do seu capital humano e inspirar a formação de talentos e de equipes de alto desempenho; • Define (em colegiado) as estratégias da Cooperativa (foco no longo prazo) e as dissemina, contextualizando suas implicações e contribuindo para construção de uma visão integrada dos gestores e profissionais da Cooperativa; 	

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

<ul style="list-style-type: none"> • Delega responsabilidades e desafios ao grupo gerencial sob sua responsabilidade, definindo papéis e mobilizando-os para o alcance dos resultados organizacionais. 	
<p>f) Tomada de decisão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tomar decisões consistentes com os objetivos estabelecidos considerando riscos e impactos na Cooperativa; - Identifica oportunidades para a entidade e assume desafios, decisões e riscos calculados na diretoria, com visão dos impactos na cadeia de valor e nos resultados de médio e longo prazos; - Toma decisões com visão corporativa e julgamento independente, tendo como premissa padrões, políticas e valores da Cooperativa. 	

III.6 Recomenda-se que a finalização do ciclo anual de realização da avaliação de desempenho dos diretores e sucessores seja viabilizada de forma a permitir o reporte ao Conselho de Administração, antes da realização da Assembleia Geral Ordinária.

Etapa IV - Capacitação

- IV.1 Ações de desenvolvimento com o objetivo de aperfeiçoar ou adquirir as competências e conhecimentos necessários e alinhá-los aos valores e propósito da Cooperativa.
- IV.2 O Sicoob Credinor tem o papel de oferecer a capacitação contínua sobre os temas relevantes para formação de líderes.
- IV.3 O processo de capacitação deve contemplar um plano de desenvolvimento das competências avaliadas na etapa anterior. Esse procedimento tem como principal objetivo reforçar as competências que apresentaram o resultado acima do esperado e promover a aquisição daquelas que contribuirão para o bom desempenho no exercício da gestão.
- IV.4 A capacitação contínua é pré-requisito para uma governança apoiada nas boas práticas de gestão.
- IV.5 A obtenção de certificação de dirigentes do Sicoob – categoria Diretores é obrigatória a todos os diretores do Sistema e deve ser obtida no primeiro ano do diretor no cargo.
- IV.6 As ações de capacitação constarão no Plano Institucional de Capacitação de Dirigentes, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação;



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

CAPÍTULO II DOS FUNDOS

Art. 25. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

I. 60% (sessenta por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

II. 10% (dez por cento), no mínimo, para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da Cooperativa.

Parágrafo único. Além dos fundos previstos nos incisos I e II, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 26. A estrutura de governança corporativa da *Cooperativa* é composta pelos seguintes órgãos sociais:

I. Assembleia Geral;

II. Conselho de Administração;

III. Diretoria Executiva; e

IV. Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO

Art. 27. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

§ 2º O Sicoob Central Crediminas poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

- I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;
- II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.

§ 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.

SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO

Art. 28. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma triplice e cumulativa, da seguinte forma:

- I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II. publicação em jornal de circulação regular, em formato físico ou eletrônico;
- III. comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou por meios eletrônicos.

§ 1º. Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

§ 2º A Comunicação descrita no inciso III poderá ser feita por meio de endereço eletrônico fornecido pelo associado, mediante autorização formal deste.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

SEÇÃO III DO EDITAL

Art. 29. Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:

I. a denominação social completa da *Cooperativa*, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;

II. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;

III. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação;

IV. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do Estatuto Social, a indicação precisa da matéria;

V. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 27 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.

SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Art. 30. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:

I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;

III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 31. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central Crediminas, os trabalhos serão dirigidos pelo representante do Sicoob Central Crediminas e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da Cooperativa para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

Art. 32. Cada associado será representado na Assembleia Geral da Cooperativa pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.

§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.

§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.

SUBSEÇÃO II DO VOTO

Art. 33. Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

§ 2º. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 39, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 34. Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente e pelo vice-presidente do conselho de administração, bem como pelo coordenador do conselho fiscal ou, na sua ausência, por outro membro do conselho fiscal.

Art. 35. As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia prevista no edital de convocação.

SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE

Art. 36. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto ao reinício;
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

SEÇÃO VI DAS DELIBERAÇÕES

Art. 37. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:

- I. alienação, doação e/ ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da *Cooperativa*;
- II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
- III. aprovação do regimento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;
- IV. julgar recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 10, § 3º deste Estatuto Social;
- V. filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.

CAPÍTULO III



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF58DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 38. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) relatório da auditoria externa;

d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da *Cooperativa*.

II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;

III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;

IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da *Cooperativa*, quando for o caso;

V. quando previsto, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;

VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 39 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 39. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da *Cooperativa*, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

- I. reforma do Estatuto Social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V. prestação de contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos estatutários da *Cooperativa* está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.

Art. 41. São condições cumulativas para o exercício dos cargos estatutários da *Cooperativa*, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:

- I. ser associado pessoa natural da *Cooperativa*, exceto para os diretores executivos;
- II. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;
- III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela *Cooperativa*, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

V. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.

VI. ter operado assiduamente/regularmente com a Cooperativa nos dois últimos exercícios sociais (ser associado ativo).

VII. não ter operação baixada como prejuízo em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, registrada no **Sistema de Informações de Crédito – SCR**;

VIII. não ter as suas contas relativas ao exercício de cargo de administração em sociedades cooperativas reprovadas pela respectiva assembleia geral ordinária;

§ 1º. Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na *Cooperativa* em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.

§ 2º. Para os fins do inciso II deste artigo, entende-se por cargo político:

I. posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Vice-prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador, Vice-governador, Presidente da República, Vice-presidente da república), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigentes;

II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;

III. posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais).

§ 3º. Considera-se associado ativo aquele que, num período de 6 meses consecutivos, mantenha qualquer operação ativa ou passiva com a Cooperativa, excetuando-se o capital social.

§ 4º. Operação baixada como prejuízo compreende a operação de crédito considerada contabilmente como perda pela Instituição Financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, devidamente registrada no Sistema de Informações de Crédito – SCR como operação baixada como prejuízo.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

§ 5º. A condição descrita no inciso VII do *caput* deste artigo será apurada pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa quando da análise de atendimento ou não pelos candidatos das condições de candidatura e elegibilidade previstas no Regimento Eleitoral da Cooperativa e neste Estatuto Social.

§ 6º. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de para qual órgão estatutário estiver concorrendo.

§ 7º. Os pré-requisitos considerados desejáveis na Política de Sucessão de Administradores da Cooperativa, por não serem obrigatórios, não serão impeditivos à candidatura, tampouco ao exercício do cargo na Cooperativa.

§ 8º. Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 42. O Conselho de Administração é composto por 09 (nove) membros efetivos, dentre eles um presidente, um vice-presidente e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa e eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do previsto no Regimento Eleitoral.

Art. 43. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 44. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 45. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a *Cooperativa* deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;
- II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;
- III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:
 - a) morte ou invalidez permanente;
 - b) renúncia;
 - c) destituição;
 - d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;
 - e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
 - f) desligamento do quadro de associados da *Cooperativa*;
 - g) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 41 deste Estatuto Social.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

§ 1º. Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

§ 2º. Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

§ 3º. Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.

§ 4º. Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.

§ 5º. Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.

§ 6º. Na hipótese da substituição descrita no inciso I deste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do presidente, que terá mantida a sua remuneração.

SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 46. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da *Cooperativa*, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;

II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral;

III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;

IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;

VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);

VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;

IX. propor à Assembleia Geral a participação da *Cooperativa* no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;

X. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;

XI. deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;

XII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;

XIII. escolher e destituir os auditores externos, na forma da regulamentação em vigor

XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da *Cooperativa*, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;

XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;

XVI. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a *Cooperativa* e ao Sicoob Central Crediminas a qual estiver filiada;

XVII. definir a política para a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;

XVIII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio; e;

XIX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs).

Art. 47. Compete ao presidente do Conselho de Administração:

I. representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Bancoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;

III. decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;

IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;

V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;

VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.

§ 1º. Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração a membro da Diretoria Executiva, para a representação prevista no inciso I.

§ 2º. O presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração para representação da Cooperativa nas assembleias gerais do Bancoob.

§ 3º. É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.

§ 4º. O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 48. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por 03 (três) diretores, sendo um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor de Gestão de Riscos.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva não poderão ser oriundos do Conselho de Administração.

Art. 49. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II

DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 50. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

I. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Administrativo será substituído pelo Diretor Financeiro, e vice-versa, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.

II. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.

§ 1º. Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor Administrativo serão acumuladas pelo Diretor Financeiro, e vice-versa, em razão do disposto nos § 1º e 2º do Art. 51 deste Estatuto Social.

§ 2º. A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 51.

§ 3º. Nas hipóteses de substituições temporárias descritas neste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do Diretor substituído, que terá mantida a sua remuneração.

§ 4º. Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 45 deste Estatuto Social.

SUBSEÇÃO III

DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 51. Compete à Diretoria Executiva:

I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;





Prefeitura Municipal de Montes Claros
Secretaria de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

77004 / 2022

NOME OU RAZÃO SOCIAL

COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA - SICOOB CREDINOR

ENDEREÇO COMPLETO

Rua PIRRES E ALBUQUERQUE, 540, CENTRO
MONTES CLAROS - MG - CEP: 39400057

CPF/CNPJ

21.866.694/0001-14

CÓD. CONTRIBUINTE

60141

Consultando nossos arquivos constatamos que NADA CONSTA nesta PREFEITURA, em nome do contribuinte acima citado, e até a presente data, referente a débitos vencidos relativos a Impostos e Taxas, sob qualquer título.

Quanto a esta CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ficam ressalvados, entretanto, eventuais direitos de a Fazenda Pública do Município de Montes Claros lançar e cobrar débitos que venham a ser apurados.

FIM EXPRESSO A QUE SE DESTINA ESSA CERTIDÃO

Fins de Direito

OBSERVAÇÕES

ESTA CERTIDÃO NÃO TEM VALIDADE PARA EFEITOS DE TRANSMISSÃO DE IMÓVEL E PARA FINS DE INVENTÁRIO, HAJA VISTA QUE TAIS FINALIDADES SÃO ATESTADAS EM DOCUMENTOS PRÓPRIOS.

DATA DE EMISSÃO

05/10/2022


DATA DE VALIDADE

04/11/2022

QUALQUER RASURA INVALIDA A CERTIDÃO

Esse documento foi impresso via Internet. Para testar sua autenticidade acesse www.montesclaros.mg.gov.br, clique em IPTU ONLINE, na opção Autentica Certidão e digite as informações solicitadas.


Código Autenticidade: 116748634116748

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; text-align: center;">31400002570</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; text-align: center;">2143</div>	Nº da Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 MGE2200682503

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

MONTES CLAROS
Local

1 AGOSTO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ **DECISÃO SINGULAR**
 Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):
☐ SIM

☐ NÃO / / _____

Data
Responsável

☐ **DECISÃO COLEGIADA**
☐ SIM

☐ NÃO / / _____

Data
Responsável

Processo em Ordem
 À decisão

 / /
 Data

 Responsável

DECISÃO SINGULAR	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			<u> / / </u> Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<u> / / </u> Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
	Presidente da _____ Turma			

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/405.495-3	MGE2200682503	08/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
277.152.056-72	ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

1. DATA, HORA E FORMA: Aos 18 (dezoito) dia do mês de abril de 2022, às 09:00 (nove) horas em terceira e última convocação, no Auditório "Osmane Barbosa" da Sociedade Rural, no Parque de Exposições "João Alencar Athayde", situado na Praça Lindolfo Laughton, nº. 1.373, bairro São João, em Montes Claros - MG, por absoluta falta de espaço físico nesta Cooperativa, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária do Sicoob Credinor.

2. CONVOCAÇÃO: Realizada em conformidade com as disposições legais e estatutárias, através de publicação do Edital de Convocação, nos seguintes moldes: publicado na edição do dia 11/03/2022, do "Jornal de Notícias" (página 4) e do "Diário do Sudoeste da Bahia", (página 2); publicado no sítio eletrônico oficial do Sicoob Credinor, no dia 11/03/2022; divulgado nas mídias sociais oficiais, nos dias 11/03/2022; envio de mensagem eletrônica, via SMS, a todos os cooperados, nos dias 11/03/2022 e 14/04/2022; e afixação nos quadros de avisos na Sede Social e em todos os Postos de Atendimento do Sicoob Credinor, no período de 11/03/2022 a 18/04/2022.

3. PRESENÇA: Estiveram presentes o Sr. Dario Colares de Araújo Moreira – Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credinor; o Sr. Alexandre Antônio de Miranda Vianna (Diretor Administrativo do Sicoob Credinor); o Sr. Carlos Genuíno de Quadros Figueiredo – Diretor Financeiro do Sicoob Credinor; o Sr. Érique Moraes de Barros – Diretor de Gestão de Riscos do Sicoob Credinor; o Sr. Luciano Dias Cardoso – Coordenador do Conselho Fiscal do Sicoob Credinor; o Sr. Ailton José Vieira – Gerente de Negócios do Sicoob Credinor; o Sr. Alex Oliveira e Souza – Gerente Administrativo/Operacional do Sicoob Credinor; o Sr. Pedro Henrique Barbosa – Assessor Jurídico do Sicoob Credinor; Equipes Técnicas das Unidades Administrativa, de Suporte e de Comunicação Integrada; Fomecedores e Prestadores de Serviços que trabalham para a transmissão desta solenidade. Participaram das Assembleias 366 (trezentos e sessenta e seis) associados, conforme assinaturas colhidas em Lista de Presença, folhas avulsas, de numeração sequencial de associados de 01 a 1.630. Até a presente data o Sicoob Credinor possui 34.229 associados em condições de votar.

4. MESA DIRIGENTE: Dario Colares de Araújo Moreira – Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credinor, Alexandre Antônio de Miranda Vianna – Diretor Administrativo, Carlos Genuíno de Quadros Figueiredo – Diretor Financeiro, Erique Moraes de Barros – Diretor de Gestão de Riscos.

5. SECRETÁRIO: Sr. Alexandre Antônio de Miranda Vianna, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dario Colares de Araújo Moreira.

6. ABERTURA: Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dario Colares cumprimentou a todos os presentes, agradecendo a presença e manifestando sua satisfação em reunir número expressivo de cooperados.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Ressaltou a importância das pré-assembleias, como oportunidade para interação e discussão entre cooperados, diretores e conselheiros, e lamentou que no momento ficou impossibilitada de realização devido as restrições da pandemia. Na sequência informou que o Relatório Anual de Gestão foi disponibilizado a todos os presentes, e destacou ações importantes, desenvolvidas no ano de 2021, quais sejam: Celebração dos 35 anos de fundação da Credinor, com apresentação de campanha institucional, com mais de vinte e seis milhões de visualizações nos mais diversos veículos de comunicação, no Norte de Minas e no Sudoeste da Bahia. Celebração de 10 anos de gestão, com maior resultado financeiro da cooperativa, vinte milhões, novecentos e trinta e nove mil, fortalecendo a reserva legal e consequente patrimônio da cooperativa. Realização de Capacitações, treze mil horas de treinamentos em sete mil cursos realizados pelos colaboradores, parceria com a Fundação Dom Cabral e Programa Trainee capacitando 22 colaboradores. Lançamento do crédito imobiliário, onde os cooperados poderão adquirir imóveis residenciais com até 30 anos para pagar. Projeto de expansão, com instalação e reforma de agências, instalação da segunda agência em Caetité, inauguração das agências Mirabela e Brasília de Minas. Primeiro Programa de Gestão em Qualidade no campo exclusivo para mulheres, transformando mulheres produtoras rurais em mulheres empresárias rurais. Projeto Agência Digital, reconhecida nacionalmente, através de premiação do nosso aplicativo. Fundação Credinor, braço social da cooperativa, com realização de capacitações com 786 pessoas beneficiadas, entre produtores rurais e pessoas ligadas ao agronegócio. Destacou ainda o apoio do Banco Central do Brasil, reconhecendo as cooperativas como propulsora do desenvolvimento local.

7. ORDEM DO DIA DOS TRABALHOS: O Sr. Dario Colares de Araújo Moreira, Presidente do Conselho de Administração solicitou ao Sr. Alexandre Antônio de Miranda Vianna, que procedesse a leitura da ordem do dia, para que os associados inteirassem mais uma vez da mesma, que expressa o seguinte teor:

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Reforma Geral do Estatuto Social: sem alteração do objeto social (artigo 1º ao 99);
2. Aprovação das atualizações no Plano e Política de Sucessão de Administradores;
3. Reforma Geral do Regimento Eleitoral.

8. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: O Sr. Dario Colares declarou iniciada a Assembleia Geral Extraordinária, indicando, para secretariar os trabalhos, o Sr. Alexandre Antônio de Miranda Vianna, Diretor Administrativo do Sicoob Credinor. O Sr. Alexandre Vianna cumprimentou a todos, informando que o Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária foi publicado no dia 11 de março de 2022, no Jornal de Notícias, página 4; e no Diário do Sudoeste da Bahia, página 2; nas mídias sociais oficiais e no sítio eletrônico oficial do Sicoob Credinor; além de afixados nos quadros de avisos da sede social e de todos os Pontos de Atendimento da Cooperativa; e enviado por mensagem eletrônica via SMS a todos os cooperados. Afirmou



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

que, conforme versa o próprio Edital, considerando a sua ampla divulgação, não seria feita a sua leitura durante a Assembleia, visando agilizar os trabalhos. Ato contínuo, transmitiu a palavra ao Sr. Dario Colares, que informou sobre o primeiro item da ordem do dia, Reforma Geral do Estatuto Social, sem alteração do objeto social (artigo 1º ao 99).

ITEM 1. Reforma Geral do Estatuto Social: sem alteração do objeto social (artigo 1º ao 99);

O Presidente do Conselho de Administração convidou o Assessor Jurídico do Sicoob Credinor, Sr. Pedro Henrique Barbosa, para a apresentação das proposições. O Sr. Pedro iniciou a apresentação para o plenário em forma de "slides" contendo as redações do estatuto vigente, as propostas de alterações, explanando os motivos das alterações, informando que conforme orientação da Central Crediminas, o objetivo 'seria realocar a ordem dos artigos e promover algumas atualizações em seu texto. O atual Estatuto da cooperativa possui 99 artigos. Com as propostas de alteração, ele passará a vigorar com 68 artigos, sendo algumas normas incorporadas por outros artigos.

Após extensa apresentação, o Sr. Pedro Barbosa direcionou a palavra ao Sr. Dario Colares, que listou novamente, o item da pauta, para, em seguida, colocá-lo em discussão. Nesse momento, o Sr. José Luiz Maia, fez referência ao preenchimento de cargos estatutários na cooperativa, citando que o texto, "pessoa que não esteja no momento em algum cargo político", precisaria ser mais abrangente, sendo necessário considerar, não só o fato de estar em cargo político, como por exemplo vereadores, prefeitos, mas a atividade política reconhecida na comunidade poderia ser levada em consideração, com objetivo de impedir ação política dentro da cooperativa. O Sr. Pedro Barbosa, respondeu que o regimento eleitoral já dispõe sobre essa vedação de exercício simultâneo de cargo político, com cargos de órgãos estatutários. A proposta apresentada em obediência a recomendação ao Banco Central, faz definição de cargo político e membros de executiva partidária, quem participa da política partidária, e é essa a vedação recomendada pelo Banco Central.

O Presidente do Conselho de Administração perguntou ao plenário se havia alguma manifestação contrária ao apresentado, e não havendo manifestação a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes, exceto os legal e estatutariamente impedidos de votar.

Ante a reforma geral do estatuto ora aprovada, o Estatuto Social passará a ter a seguinte redação:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO

Art. 1º. Sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas Ltda. – CREDINOR, constituiu-se em Assembleia Geral realizada em 29 de outubro de 1985, uma Cooperativa de Crédito de responsabilidade limitada.

§ 1º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 28/03/2005, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas Ltda. – SICOOB CREDINOR.

§ 2º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/01/2007, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE DE MINAS LTDA – SICOOB CREDINOR.

§ 3º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/03/2010, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO NORTE DE MINAS LTDA. – SICOOB CREDINOR.

§ 4º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 09/09/2019, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

I. sede, administração e foro jurídico na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Rua Pires e Albuquerque, nº 540, Centro – Montes Claros (MG), CEP: 39.400-057.

II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.

III. área de ação, para fins de instalação de dependências físicas, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Augusto de Lima/MG, Barreiras/BA, Berizal/MG, Bocaiuva/MG, Bom Jesus da Lapa/BA, Bonito de Minas/MG, Botumirim/MG, Brasília de Minas/MG, Buenópolis/MG, Caetité/BA, Campo Azul/MG, Capitão Enéas/MG, Claro dos Poções/MG, Cônego Marinho/MG, Coração de Jesus/MG, Corinto/MG, Cristália/MG, Engenheiro Navarro/MG, Francisco Dumont/MG, Francisco Sá/MG, Fruta de Leite/MG, Glaucilândia/MG, Guanambi/BA, Grão Mogol/MG, Guaraciama/MG, Ibiai/MG, Ibiracatu/MG, Icarai de Minas/MG, Indaiabira/MG, Itacambira/MG, Januária/MG, Japonvar/MG, Jequitai/MG, Joaquim Felício/MG, José Gonçalves de Minas/MG, Josenópolis/MG, Juramento/MG, Juvenília/MG, Lagoa dos Patos/MG, Lontra/MG, Luís Eduardo Magalhães/BA, Luislândia/MG, Mirabela/MG, Miravânia/MG, Montalvânia/MG, Novo Horizonte/MG, Olhos D'Água/MG, Padre Carvalho/MG,

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Patis/MG, Pedras de Maria da Cruz/MG, Pindai/BA, Rio Pardo de Minas/MG, Rubelita/MG, Salinas/MG, Santa Cruz de Salinas/MG, São João do Pacuí/MG, São Francisco/MG, São João da Lagoa/MG, São João das Missões/MG, São João do Paraíso/MG, Taiobeiras/MG, Ubaí/MG, Urundi/BA, Vitória da Conquista/BA e Varzelândia/MG.

§ 5º. A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central Crediminas, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

§ 6º. A Cooperativa é obrigada, para seu funcionamento, a registrar-se no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG.

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

Art. 2º. A Cooperativa tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:

I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;

II. o desenvolvimento de programas de:

a). poupança e de uso adequado do crédito;

b). educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.

§ 1º. A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso III, § 4º do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme regulamentação em vigor.

§ 2º. A Cooperativa poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º. Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.

§ 4º. O Sicoob Credinor manterá em sua estrutura organizacional uma carteira especializada em "Crédito Rural", observando as normas específicas da legislação de Crédito Rural.

CAPÍTULO III

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)

Art. 3º. O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.

§ 1º. O Sicoob é integrado:

- I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);
- III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);
- IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.

§ 2º. A *Cooperativa*, ao se filiar ao Sicoob Central Crediminas, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

§ 3º. As atualizações de políticas ou normativos sistêmicos objetos de adesão pela *Cooperativa* serão aprovados pelo Sicoob Confederação e, exceto quando, por força regulamentar, requererem nova deliberação por instância decisória da própria *Cooperativa*, terão aplicação imediata pela *Cooperativa*.

§ 4º. A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME.

§ 5º. A *Cooperativa*, por integrar o Sicoob e estar filiada ao Sicoob Central Crediminas, sujeita-se às seguintes regras:

- I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central Crediminas representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;
- II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central Crediminas e demais normativos;

IV. acesso, pelo Sicoob Central Crediminas ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;

V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo Sicoob Central Crediminas ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria *Cooperativa*, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob.

§ 6º. A Cooperativa é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.

§ 7º. A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º. A *Cooperativa* responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte de capital que integralizar, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da *Cooperativa* perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e 3º deste artigo.

§ 1º. A responsabilidade da *Cooperativa*, na forma da legislação vigente, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Sicoob Central Crediminas, salvo nos casos do § 2º e do § 3º deste artigo.

§ 2º. A *Cooperativa*, nos termos do artigo 264 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responderá solidariamente, até o limite do valor das quotas-parte que integralizar, pela insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza e pela inadimplência e/ou por qualquer outro prejuízo que ela ou qualquer outra associada causar ao Sicoob Central Crediminas, considerado o conjunto delas como um sistema integrado, observado o disposto no § 3º deste artigo.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

§ 3º. Caso a *Cooperativa* dê causa à insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza ao Sicoob Central Crediminas, fique inadimplente em relação a quaisquer obrigações contraídas com ela ou cause a ela qualquer outro prejuízo, a *Cooperativa* responderá com o patrimônio, representado inclusive pelas quotas-parte mantidas no Sicoob Central Crediminas, e na insuficiência desse, com o patrimônio dos administradores, se procederem com culpa ou dolo.

§ 4º. A filiação ao Sicoob Central Crediminas importa, automaticamente, solidariedade da *Cooperativa*, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da *Cooperativa* ou do conjunto das demais filiações, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.

§ 5º. A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da *Cooperativa*, pelas obrigações mencionadas no parágrafo anterior, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiações a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.

§ 6º. A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a do Banco Sicoob e a da própria *Cooperativa* a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 5º. Podem se associar à *Cooperativa* todas as pessoas naturais ou jurídicas que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como que tenham residência ou estejam estabelecidas em município integrante da área de ação da *Cooperativa* e/ou em qualquer outra parte do território nacional.

§ 1º. Podem permanecer na *Cooperativa* as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social.

§ 2º. O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

§ 3º. Não podem ingressar na *Cooperativa*:

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

I. as instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da *Cooperativa* ou que com eles colidam;

II. as pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade cooperativa.

Art. 6º. Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma e no valor previstos no Estatuto Social vigente quando da aprovação da associação pelo mencionado Conselho e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

§ 1º. Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da *Cooperativa*, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.

§ 2º. Havendo posterior redução do capital mínimo, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.

§ 3º. O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.

§ 4º. O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 7º. São direitos dos associados:

I. tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;

II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;

III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;

IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela *Cooperativa*, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;

V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

VI. tomar conhecimento dos normativos internos da *Cooperativa*, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;

VII. demitir-se da *Cooperativa* quando lhe convier.

§ 1º. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a *Cooperativa* perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.

§ 2º. O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 8º. São deveres dos associados:

I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a *Cooperativa*;

II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;

III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da *Cooperativa*;

IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;

V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na *Cooperativa*, mantendo suas informações cadastrais atualizadas;

VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na *Cooperativa* para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da *Cooperativa*, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;

VII. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;

VIII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da *Cooperativa*.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA DEMISSÃO

Art. 9º. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

§ 1º. O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.

§ 2º. Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

§ 3º. A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.

SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

Art. 10. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:

I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;

II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;

III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e venha ser obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;

IV. divulgar entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

§ 1º. A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração e o que ocasionou deverá constar em termo próprio e assinado pelo Presidente.

§ 2º. O associado será notificado por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.

§ 3º. O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

Art. 11. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

- I. dissolução da pessoa jurídica;
- II. morte da pessoa natural;
- III. incapacidade civil não suprida;
- IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na *Cooperativa*.

Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO

Art. 12. A responsabilidade do associado por compromissos da *Cooperativa* perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.

§ 1º. Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no *caput* perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento;

§ 2º. As obrigações contraídas por associados com a *Cooperativa*, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

Art. 13. O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *Cooperativa* após 03 (três) meses, contados do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas-partes restituídas.

Parágrafo único. A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no *caput* caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.

Art. 14. O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 11 deste Estatuto Social, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *Cooperativa* após 03 (três) meses, contados a partir do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas-partes restituídas.

Art. 15. O associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído do quadro social da *Cooperativa*, caso tenha interesse em retornar ao mesmo, deverá subscrever e integralizar no mínimo 10% (dez) por cento do número de quotas-partes que tinha quando de seu desligamento, à vista, e em moeda corrente, devendo ainda ser atendidas as demais condições legais e estatutárias de associação.

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 16. O capital social da *Cooperativa* é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da *Cooperativa* não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º. As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da *Cooperativa*, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia e, nos termos da legislação vigente, não poderão ser objeto de penhora por obrigações de associados com terceiros.

§ 2º. Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

Art. 17º. No ato de admissão, o associado pessoa física subscreverá e integralizará, número de quotas, no valor mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais) equivalentes a 20 (vinte) quotas partes



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no ato da subscrição e o restante em 01 (uma) parcela mensal.

§ 1º. No ato de admissão, o associado pessoa jurídica subscreverá e integralizará, número de quotas, no valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) equivalentes a 200 (duzentos) quotas partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no ato da subscrição e o restante em 01 (uma) parcela mensal.

§ 2º. Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da *Cooperativa*.

§ 3º. As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a *Cooperativa*, nos termos deste Estatuto Social.

§ 4º. A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.

§ 5º. Na integralização de capital feita com atraso serão cobrados juros de mora à taxa de 1% ao mês.

Art. 18. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na *Cooperativa* desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO

Art. 19. No ato de admissão, o associado pessoa natural, o microempreendedor individual ou o empresário individual que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, bem como se mantenha aderente ao respectivo pacote de serviços, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes a R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 1º. Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a *Cooperativa* aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a *Cooperativa*, na forma da regulamentação em vigor.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

§ 2º. O associado pessoa natural, o microempreendedor individual ou o empresário individual que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da *Cooperativa*.

§ 3º. Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a *Cooperativa* a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 17 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO

Art. 20. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas da respectiva correção monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado até o dia útil anterior à devolução, bem como dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

I. a *Cooperativa* poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;

II. o associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas-partes no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu desligamento, em uma única parcela;

III. para o associado que possuir capital social superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), deve ser observado o seguinte:

a). a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, acrescida da respectiva correção monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, até o dia útil anterior à devolução

b). em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

c). os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

do capital e demais créditos existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em parcela única.

d). os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A atualização monetária descrita neste artigo será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo.

SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL

Art. 21. Ao associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a *Cooperativa*, tiver no mínimo 70 (setenta) anos de idade e tiver no mínimo 20 (vinte) anos de associação, poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexistência do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

I. o Conselho de Administração deliberará acerca da possibilidade de devolução e das condições aplicáveis ao resgate eventual, observando que os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;

II. tomando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a *Cooperativa* aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social.

Art. 22. Ao associado pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto, não estiver inadimplente perante a *Cooperativa* e ter no mínimo 20 (vinte) anos de associação, poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexistência do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição

Art. 23. A deliberação sobre os casos omissos de que tratam esta seção será de competência exclusiva do Conselho de Administração.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. – SICOOB CREDINOR - CNPJ Nº. 21.866.694/0001-14 E NIRE Nº. 31400002570 - RUA PIRES E ALBUQUERQUE, Nº. 540, CENTRO, MONTES CLAROS-MG, CEP 39400-057.

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO) DE ABRIL DE 2022.

TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS

CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS

Art. 24. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.

§ 1º. As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

I. pela distribuição entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a *Cooperativa* segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;

II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;

III. pela manutenção na conta sobras/perdas acumuladas; ou

IV. pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.

V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º. As perdas apuradas no exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, em caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:

I. mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a *Cooperativa*:

a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;

b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso II deste parágrafo;

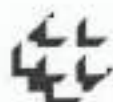
c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob.

II. mediante rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na *Cooperativa*, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D6F58E5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 15.051/2022-BCB/Deorf/GTBHO
Processo 0000208914

Belo Horizonte, 22 de julho de 2022.

À
Cooperativa de Crédito Credinor Ltda. - Sicoob Credinor
Rua Pires e Albuquerque - 540 - Centro
39400-057 Montes Claros - MG

A/C do Senhor
Alexandre Antonio de Miranda Vianna - Diretor Administrativo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que a eleição do Conselho Fiscal foi aprovada em 2 de julho de 2022 e que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a reforma estatutária, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022:

- I. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025:

CPF	Nome	Cargo
369.498.766-53	Ademar Leal Fagundes Filho	Conselheiro Fiscal Efetivo
066.137.806-34	Armando Catolino Veloso Maia	Conselheiro Fiscal Efetivo
012.633.826-49	Luciano Dias Cardoso	Conselheiro Fiscal Efetivo
205.650.626-20	Ari Teodoro de Oliveira	Conselheiro Fiscal Suplente
379.157.466-34	Maria Luiza Bernardino Madureira Lemos	Conselheiro Fiscal Suplente
369.687.816-20	Sócrates Martins Ferreira	Conselheiro Fiscal Suplente

- reforma estatutária.

2. Na decisão do pleito, o Banco Central do Brasil não entrou no mérito das deliberações que independem de sua aprovação, entre as quais aquelas a que se referem os incisos I e II do artigo 44 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

3. Anexamos o estatuto social consolidado com as alterações aprovadas no referido ato societário.

Atenciosamente,

Marcos Antônio Henriques Pinheiro
Gerente-Técnico

Romeu Eugênio de Lima
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Belo Horizonte (GTBHO)
E-mail: gtbho.deorf@bcb.gov.br



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/06/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO
SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO

Art. 1º. Sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas Ltda. – CREDINOR, constituiu-se em Assembleia Geral realizada em 29 de outubro de 1985, uma Cooperativa de Crédito de responsabilidade limitada.

§ 1º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 28/03/2005, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas Ltda. – SICOOB CREDINOR.

§ 2º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/01/2007, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE DE MINAS LTDA – SICOOB CREDINOR.

§ 3º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/03/2010, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO NORTE DE MINAS LTDA. – SICOOB CREDINOR.

§ 4º. Na assembleia geral extraordinária realizada em 09/09/2019, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo, alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA – SICOOB CREDINOR, neste Estatuto Social designada simplesmente de *Cooperativa*, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

I. sede, administração e foro jurídico na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Rua Pires e Albuquerque, nº 540, Centro – Montes Claros (MG), CEP: 39.400-057.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Assinada digitalmente por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral
pág. 92/139

II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.

III. área de ação, para fins de instalação de dependências físicas, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Augusto de Lima/MG, Barreiras/BA, Berizal/MG, Bocaiúva/MG, Bom Jesus da Lapa/BA, Bonito de Minas/MG, Botumirim/MG, Brasília de Minas/MG, Buenópolis/MG, Caetité/BA, Campo Azul/MG, Capitão Enéas/MG, Claro dos Poções/MG, Cônego Marinho/MG, Coração de Jesus/MG, Corinto/MG, Cristália/MG, Engenheiro Navarro/MG, Francisco Dumont/MG, Francisco Sá/MG, Fruta de Leite/MG, Glaucilândia/MG, Guanambi/BA, Grão Mogol/MG, Guaraciama/MG, Ibalai/MG, Ibiracatu/MG, Icarai de Minas/MG, Indaiabira/MG, Itacambira/MG, Januária/MG, Japonvar/MG, Jequitai/MG, Joaquim Felício/MG, José Gonçalves de Minas/MG, Josenópolis/MG, Juramento/MG, Juvenília/MG, Lagoa dos Patos/MG, Lontra/MG, Luís Eduardo Magalhães/BA, Luislândia/MG, Mirabela/MG, Miravânia/MG, Montalvânia/MG, Novo Horizonte/MG, Olhos D'Água/MG, Padre Carvalho/MG, Patis/MG, Pedras de Maria da Cruz/MG, Pindaí/BA, Rio Pardo de Minas/MG, Rubelita/MG, Salinas/MG, Santa Cruz de Salinas/MG, São João do Pacuí/MG, São Francisco/MG, São João da Lagoa/MG, São João das Missões/MG, São João do Paraíso/MG, Taiobeiras/MG, Ubai/MG, Urandi/BA, Vitória da Conquista/BA e Varzelândia/MG.

§ 5º. A área de ação da *Cooperativa* deverá ser homologada pelo Sicoob Central Crediminas, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

§ 6º. A *Cooperativa* é obrigada, para seu funcionamento, a registrar-se no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG.

CAPÍTULO II

DO OBJETO SOCIAL

Art. 2º. A *Cooperativa* tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:

I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;

II. o desenvolvimento de programas de:

- a). poupança e de uso adequado do crédito;
- b). educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.

§ 1º. A *Cooperativa* poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso III, § 4º do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme regulamentação em vigor.

§ 2º. A *Cooperativa* poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º. Em todos os aspectos das atividades executadas na *Cooperativa* devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.

§ 4º. O Sicoob Credinor manterá em sua estrutura organizacional uma carteira especializada em "Crédito Rural", observando as normas específicas da legislação de Crédito Rural.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)

Art. 3º. O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.

§ 1º. O Sicoob é integrado:

- I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);



III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);

IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.

§ 2º. A *Cooperativa*, ao se filiar ao Sicoob Central Crediminas, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

§ 3º. As atualizações de políticas ou normativos sistêmicos objetos de adesão pela *Cooperativa* serão aprovados pelo Sicoob Confederação e, exceto quando, por força regulamentar, requererem nova deliberação por instância decisória da própria *Cooperativa*, terão aplicação imediata pela *Cooperativa*.

§ 4º. A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME.

§ 5º. A *Cooperativa*, por integrar o Sicoob e estar filiada ao Sicoob Central Crediminas, sujeita-se às seguintes regras:

I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central Crediminas representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;

II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;

III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central Crediminas e demais normativos;



IV. acesso, pelo Sicoob Central Crediminas ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;

V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo Sicoob Central Crediminas ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria *Cooperativa*, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob.

§ 6º. A *Cooperativa* é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.

§ 7º. A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º. A *Cooperativa* responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte de capital que integralizar, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da *Cooperativa* perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e 3º deste artigo.

§ 1º. A responsabilidade da *Cooperativa*, na forma da legislação vigente, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Sicoob Central Crediminas, salvo nos casos do § 2º e do § 3º deste artigo.

§ 2º. A *Cooperativa*, nos termos do artigo 264 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responderá solidariamente, até o limite do valor das quotas-parte que integralizar, pela insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza e pela inadimplência e/ou por qualquer outro prejuízo que



ela ou qualquer outra associada causar ao Sicoob Central Crediminas, considerado o conjunto delas como um sistema integrado, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º. Caso a *Cooperativa* dê causa à insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza ao Sicoob Central Crediminas, fique inadimplente em relação a quaisquer obrigações contraidas com ela ou cause a ela qualquer outro prejuízo, a *Cooperativa* responderá com o patrimônio, representado inclusive pelas quotas-parte mantidas no Sicoob Central Crediminas, e na insuficiência desse, com o patrimônio dos administradores, se procederem com culpa ou dolo.

§ 4º. A filiação ao Sicoob Central Crediminas importa, automaticamente, solidariedade da *Cooperativa*, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraidas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da *Cooperativa* ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraidas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.

§ 5º. A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da *Cooperativa*, pelas obrigações mencionadas no parágrafo anterior, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.

§ 6º. A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a do Banco Sicoob e a da própria *Cooperativa* a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 5º. Podem se associar à *Cooperativa* todas as pessoas naturais ou jurídicas que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como que



tenham residência ou estejam estabelecidas em município integrante da área de ação da Cooperativa e/ou em qualquer outra parte do território nacional.

§ 1º. Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social.

§ 2º. O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

§ 3º. Não podem ingressar na *Cooperativa*:

I. as instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da *Cooperativa* ou que com eles colidam;

II. as pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade cooperativa.

Art. 6º. Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma e no valor previstos no Estatuto Social vigente quando da aprovação da associação pelo mencionado Conselho e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

§ 1º. Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da *Cooperativa*, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.

§ 2º. Havendo posterior redução do capital mínimo, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.

§ 3º. O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.



§ 4º. O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 7º. São direitos dos associados:

I. tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;

II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;

III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;

IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela *Cooperativa*, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;

V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;

VI. tomar conhecimento dos normativos internos da *Cooperativa*, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;

VII. demitir-se da *Cooperativa* quando lhe convier.

§ 1º. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a *Cooperativa* perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.

§ 2º. O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.



CAPÍTULO III

DOS DEVERES

Art. 8º. São deveres dos associados:

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a *Cooperativa*;
- II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;
- III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da *Cooperativa*;
- IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na *Cooperativa*, mantendo suas informações cadastrais atualizadas;
- VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na *Cooperativa* para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da *Cooperativa*, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;
- VII. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;
- VIII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da *Cooperativa*.

CAPÍTULO IV

DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DA DEMISSÃO



Art. 9º. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

§ 1º. O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.

§ 2º. Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

§ 3º. A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na *Cooperativa*.

SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

Art. 10. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:

I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à *Cooperativa*, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;

II. praticar atos que, a critério da *Cooperativa*, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na *Cooperativa*;

III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a *Cooperativa* ou terceiro, para o qual a *Cooperativa* tenha prestado garantia e venha ser obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;



IV. divulgar entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na *Cooperativa* ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela *Cooperativa*.

§ 1º. A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração e o que ocasionou deverá constar em termo próprio e assinado pelo Presidente.

§ 2º. O associado será notificado por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela *Cooperativa*, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.

§ 3º. O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

Art. 11. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

- I.** dissolução da pessoa jurídica;
- II.** morte da pessoa natural;
- III.** incapacidade civil não suprida;
- IV.** deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na *Cooperativa*.

Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

CAPÍTULO V



DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO

Art. 12. A responsabilidade do associado por compromissos da *Cooperativa* perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.

§ 1º. Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no *caput* perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento;

§ 2º. As obrigações contraídas por associados com a *Cooperativa*, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

Art. 13. O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *Cooperativa* após 03 (três) meses, contados do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas-partes restituídas.

Parágrafo único. A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no *caput* caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.

Art. 14. O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 11 deste Estatuto Social, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *Cooperativa* após 03 (três) meses, contados a partir do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas-partes restituídas.

Art. 15. O associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído do quadro social da *Cooperativa*, caso tenha interesse em retornar ao mesmo, deverá subscrever e integralizar no mínimo 10% (dez) por cento do número de quotas-partes que tinha quando de seu desligamento, à vista, e em moeda corrente, devendo ainda ser atendidas as demais condições legais e estatutárias de associação.

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL



CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 16. O capital social da *Cooperativa* é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da *Cooperativa* não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º. As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da *Cooperativa*, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia e, nos termos da legislação vigente, não poderão ser objeto de penhora por obrigações de associados com terceiros.

§ 2º. Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

Art. 17º. No ato de admissão, o associado pessoa física subscreverá e integralizará, número de quotas, no valor mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais) equivalentes a 20 (vinte) quotas partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no ato da subscrição e o restante em 01 (uma) parcela mensal.

§ 1º. No ato de admissão, o associado pessoa jurídica subscreverá e integralizará, número de quotas, no valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) equivalentes a 200 (duzentos) quotas partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no ato da subscrição e o restante em 01 (uma) parcela mensal.

§ 2º. Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da *Cooperativa*.

§ 3º. As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a *Cooperativa*, nos termos deste Estatuto Social.



§ 4º. A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.

§ 5º. Na integralização de capital feita com atraso serão cobrados juros de mora à taxa de 1% ao mês.

Art. 18. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na *Cooperativa* desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II

DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO

Art. 19. No ato de admissão, o associado pessoa natural, o microempreendedor individual ou o empresário individual que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, bem como se mantenha aderente ao respectivo pacote de serviços, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes a R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 1º. Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a *Cooperativa* aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a *Cooperativa*, na forma da regulamentação em vigor.

§ 2º. O associado pessoa natural, o microempreendedor individual ou o empresário individual que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da *Cooperativa*.



§ 3º. Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a *Cooperativa* a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 17 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II

DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

SEÇÃO I

DO RESGATE ORDINÁRIO

Art. 20. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas da respectiva correção monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado até o dia útil anterior à devolução, bem como dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

I. a *Cooperativa* poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;

II. o associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas-partes no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu desligamento, em uma única parcela;

III. para o associado que possuir capital social superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), deve ser observado o seguinte:

a). a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, acrescida da respectiva correção monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, até o dia útil anterior à devolução



b). em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 36 (*trinta e seis*) parcelas mensais e consecutivas;

c). os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em parcela única.

d). os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A atualização monetária descrita neste artigo será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo.

SEÇÃO II

DO RESGATE EVENTUAL

Art. 21. Ao associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a *Cooperativa*, tiver no mínimo 70 (setenta) anos de idade e tiver no mínimo 20 (vinte) anos de associação, poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexistência de capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

I. o Conselho de Administração deliberará acerca da possibilidade de devolução e das condições aplicáveis ao resgate eventual, observando que os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;

II. tomando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a *Cooperativa* aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social.



Art. 22. Ao associado pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto, não estiver inadimplente perante a *Cooperativa* e ter no mínimo 20 (vinte anos) de associação, poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexistência do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição

Art. 23. A deliberação sobre os casos omissos de que tratam esta seção será de competência exclusiva do Conselho de Administração.

TÍTULO IV

DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS

CAPÍTULO I

DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS

Art. 24. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.

§ 1º. As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

- I. pela distribuição entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a *Cooperativa* segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
- II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;
- III. pela manutenção na conta sobras/perdas acumuladas; ou
- IV. pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.



V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º. As perdas apuradas no exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, em caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:

I. mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a *Cooperativa*:

a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;

b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso II deste parágrafo;

c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob.

II. mediante rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na *Cooperativa*, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II DOS FUNDOS

Art. 25. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

I. 60% (sessenta por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da *Cooperativa*;



II. 10% (dez por cento), no mínimo, para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da Cooperativa.

Parágrafo único. Além dos fundos previstos nos incisos I e II, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 26. A estrutura de governança corporativa da *Cooperativa* é composta pelos seguintes órgãos sociais:

I. Assembleia Geral;

II. Conselho de Administração;

III. Diretoria Executiva; e

IV. Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II



DA ASSEMBLEIA GERAL

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO

Art. 27. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

§ 2º O Sicoob Central Crediminas poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a *Cooperativa* convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

- I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;
- II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.

§ 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da *Cooperativa* se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.

SEÇÃO II

DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO

Art. 28. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma triplice e cumulativa, da seguinte forma:



- I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II. publicação em jornal de circulação regular, em formato físico ou eletrônico;
- III. comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou por meios eletrônicos.

§ 1º. Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

§ 2º A Comunicação descrita no inciso III poderá ser feita por meio de endereço eletrônico fornecido pelo associado, mediante autorização formal deste.

SEÇÃO III DO EDITAL

Art. 29. Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:

- I. a denominação social completa da *Cooperativa*, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;
- II. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- III. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação;
- IV. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do Estatuto Social, a indicação precisa da matéria;



V. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 27 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.

SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Art. 30. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:

- I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;
- II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;
- III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 31. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central Crediminas, os trabalhos serão dirigidos pelo representante do Sicoob Central Crediminas e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

Art. 32. Cada associado será representado na Assembleia Geral da *Cooperativa* pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.

§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.

§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.

SUBSEÇÃO II DO VOTO

Art. 33. Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 1º. Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.



§ 2º. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 39, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

Art. 34. Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente e pelo vice-presidente do conselho de administração, bem como pelo coordenador do conselho fiscal ou, na sua ausência, por outro membro do conselho fiscal.

Art. 35. As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia prevista no edital de convocação.

SUBSEÇÃO III

DA SESSÃO PERMANENTE

Art. 36. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

SEÇÃO VI

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 37. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:

- I. alienação, doação e/ ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da *Cooperativa*;
- II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
- III. aprovação do regimento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;
- IV. julgar recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 10, § 3º deste Estatuto Social;
- V. filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 38. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) relatório da gestão;
- b) balanço;
- c) relatório da auditoria externa;
- d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da *Cooperativa*.

II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;

III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;

IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da *Cooperativa*, quando for o caso;

V. quando previsto, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;

VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 39 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 39. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da *Cooperativa*, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

I. reforma do Estatuto Social;

II. fusão, incorporação ou desmembramento;

III. mudança do objeto social;

IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V. prestação de contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.



CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos estatutários da *Cooperativa* está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.

Art. 41. São condições cumulativas para o exercício dos cargos estatutários da *Cooperativa*, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:

- I. ser associado pessoa natural da *Cooperativa*, exceto para os diretores executivos;
- II. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;
- III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela *Cooperativa*, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;
- V. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.
- VI. ter operado assiduamente/regularmente com a *Cooperativa* nos dois últimos exercícios



sociais (ser associado ativo).

VII. não ter operação baixada como prejuízo em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, registrada no **Sistema de Informações de Crédito – SCR**;

VIII. não ter as suas contas relativas ao exercício de cargo de administração em sociedades cooperativas reprovadas pela respectiva assembleia geral ordinária;

§ 1º. Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na *Cooperativa* em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.

§ 2º. Para os fins do inciso II deste artigo, entende-se por cargo político:

I. posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Vice-prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador, Vice-governador, Presidente da República, Vice-presidente da república), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigentes;

II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;

III. posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais).

§ 3º. Considera-se associado ativo aquele que, num período de 6 meses consecutivos, mantenha qualquer operação ativa ou passiva com a Cooperativa, excetuando-se o capital social.

§ 4º. Operação baixada como prejuízo compreende a operação de crédito considerada contabilmente como perda pela Instituição Financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, devidamente registrada no Sistema de Informações de Crédito – SCR como operação baixada como prejuízo.

§ 5º. A condição descrita no inciso VII do *caput* deste artigo será apurada pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa quando da análise de atendimento ou não pelos candidatos das condições de candidatura e elegibilidade previstas no Regimento Eleitoral da Cooperativa e neste Estatuto Social.



§ 6º. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de para qual órgão estatutário estiver concorrendo.

§ 7º. Os pré-requisitos considerados desejáveis na Política de Sucessão de Administradores da Cooperativa, por não serem obrigatórios, não serão impeditivos à candidatura, tampouco ao exercício do cargo na Cooperativa.

§ 8º. Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 60 (*sessenta*) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 42. O Conselho de Administração é composto por 09 (nove) membros efetivos, dentre eles um presidente, um vice-presidente e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa e eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do previsto no Regimento Eleitoral.

Art. 43. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (*quatro*) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II

DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 44. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

SUBSEÇÃO III

DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 45. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a *Cooperativa* deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;
- II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;
- III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:
 - a) morte ou invalidez permanente;



- b) renúncia;
- c) destituição;
- d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;
- e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- f) desligamento do quadro de associados da *Cooperativa*;
- g) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 41 deste Estatuto Social.

§ 1º. Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

§ 2º. Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

§ 3º. Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.

§ 4º. Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.

§ 5º. Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.

§ 6º. Na hipótese da substituição descrita no inciso I deste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do presidente, que terá mantida a sua remuneração.

SUBSEÇÃO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 46. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

- I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da *Cooperativa*, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;
- IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;
- VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);
- VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;
- VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;
- IX. propor à Assembleia Geral a participação da *Cooperativa* no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;
- X. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- XI. deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;
- XII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;
- XIII. escolher e destituir os auditores externos, na forma da regulamentação em vigor
- XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no



âmbito da *Cooperativa*, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;

XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;

XVI. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a *Cooperativa* e ao Sicoob Central Crediminas a qual estiver filiada;

XVII. definir a política para a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;

XVIII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio; e;

XIX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs).

Art. 47. Compete ao presidente do Conselho de Administração:

I. representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Bancoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;

II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;

III. decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;

IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;

V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;

VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.



§ 1º. Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração a membro da Diretoria Executiva, para a representação prevista no inciso I.

§ 2º. O presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração para representação da Cooperativa nas assembleias gerais do Bancoob.

§ 3º. É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.

§ 4º. O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I

DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 48. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por 03 (três) diretores, sendo um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor de Gestão de Riscos.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva não poderão ser oriundos do Conselho de Administração.

Art. 49. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (*quatro*) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.



Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II

DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 50. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

I. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Administrativo será substituído pelo Diretor Financeiro, e vice-versa, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.

II. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.

§ 1º. Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor Administrativo serão acumuladas pelo Diretor Financeiro, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e 2º do Art. 51 deste Estatuto Social.

§ 2º. A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados, ressalvado o disposto no §2º do artigo 51.

§ 3º. Nas hipóteses de substituições temporárias descritas neste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do Diretor substituído, que terá mantida a sua remuneração.

§ 4º. Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 45 deste Estatuto Social.

SUBSEÇÃO III
DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 51. Compete à Diretoria Executiva:

- I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da *Cooperativa*;
- II. supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;
- III. elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da *Cooperativa* e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;
- IV. aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;
- V. deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;
- VI. avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da *Cooperativa*;
- VII. aprovar e divulgar normativos operacionais internos da *Cooperativa*;
- VIII. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central Crediminas e das áreas de Auditoria e Controles Internos;

IX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis de não uso próprio da sociedade, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;

IX. resolver os casos omissos, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;

X. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis de não uso próprio da sociedade, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º. As atribuições designadas a cada diretor executivo, previstas no Regimento Interno da DIREX, deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.

§ 2º. É vedada a participação do Diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito nas decisões e deferimentos de operações de crédito, inclusive nas hipóteses de substituição temporária.

§ 3º. Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor Administrativo serão acumuladas pelo Diretor Financeiro, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e §2º deste artigo.

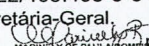
Art. 52 Compete ao Diretor Financeiro:

- I.** substituir o Diretor Administrativo e o Diretor de Gestão de Riscos;
- II.** responder pelas áreas de negócio e relacionamento com os associados;
- III.** coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- IV.** representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

 **Marinely de Paula Bomfim**
Secretária-Geral
pág. 128/139

- V. supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- VI. gerir atividades comerciais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;
- VII. acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização, observada a regulamentação em vigor.
- VIII. conceber as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;
- IX. executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo etc.);

Art. 53. Compete ao Diretor Administrativo:

- I. representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 47, que somente poderá ser exercida se houver outorga de procuração específica do presidente do Conselho de Administração;
- II. assessorar o diretor financeiro nos assuntos a ele competentes;
- III. substituir o diretor financeiro e o diretor de gestão de riscos;
- IV. dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de crédito, recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da *Cooperativa* (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito etc.);
- V. auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral
- VI. garantir a execução das políticas e diretrizes de recursos humanos, crédito, tecnologia e materiais;
- VII. orientar e acompanhar a execução da contabilidade da *Cooperativa*, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;



- VIII. zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;
- IX. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;
- X. coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes.
- XI. zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;
- XII. gerir as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital.

Art. 54 Compete ao Diretor de Gestão de Riscos:

- I. elaborar relatórios mensais, a serem apresentados ao Conselho de Administração;
- II. supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;
- III. dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;
- IV. gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;
- V. responder pelo gerenciamento de riscos e pelo gerenciamento de capital da Cooperativa.

SUBSEÇÃO IV

DA OUTORGA DE MANDATO

Art. 55. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da *Cooperativa*:



I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judicia*;

II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;

III. deverá constar que o empregado da *Cooperativa* sempre assine em conjunto com um diretor.

Art. 56. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da *Cooperativa* deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no *caput* deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

CAPÍTULO VI DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL

Art. 57. A administração da *Cooperativa* será fiscalizada assídua e minuciosamente por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regimento próprio.

§1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente.

§2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.



SEÇÃO II

DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

Art. 58. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 45 deste Estatuto Social.

§1º. Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

§2º. Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.

Art. 59. No caso de vacância, será efetivado membro suplente, obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente.

Art. 60. Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

SEÇÃO III

DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Art. 61. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 3 (três) membros efetivos ou dos suplentes previamente convocados;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

§ 1º. Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

§ 2º. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

§ 3º. Os membros suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros efetivos.

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 62. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da *Cooperativa*;
- III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela *Cooperativa*;
- IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;
- V. convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;
- VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que



tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;

VIII. aprovar o próprio regimento interno;

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da *Cooperativa*, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da *Cooperativa*, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

TÍTULO VI

DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

Art. 63. Além de outras hipóteses previstas em lei, a *Cooperativa* dissolve-se de pleno direito:

I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II. pela alteração de sua forma jurídica;

III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;

IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;

V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 64. A liquidação da *Cooperativa* obedece às normas legais e regulamentares próprias.

TÍTULO VII

DA DISPOSIÇÃO FINAL



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

pág. 134/139

Art. 65. Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil, para que surtam efeitos legais, os atos societários deliberados pela *Cooperativa*, referentes a:

- I. eleição de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- II. reforma do estatuto social;
- III. mudança do objeto social;
- IV. fusão, incorporação ou desmembramento;
- V. dissolução voluntária da sociedade, nomeação do liquidante e eleição dos conselheiros fiscais.

Art. 66. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social, Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 67. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Art. 68. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

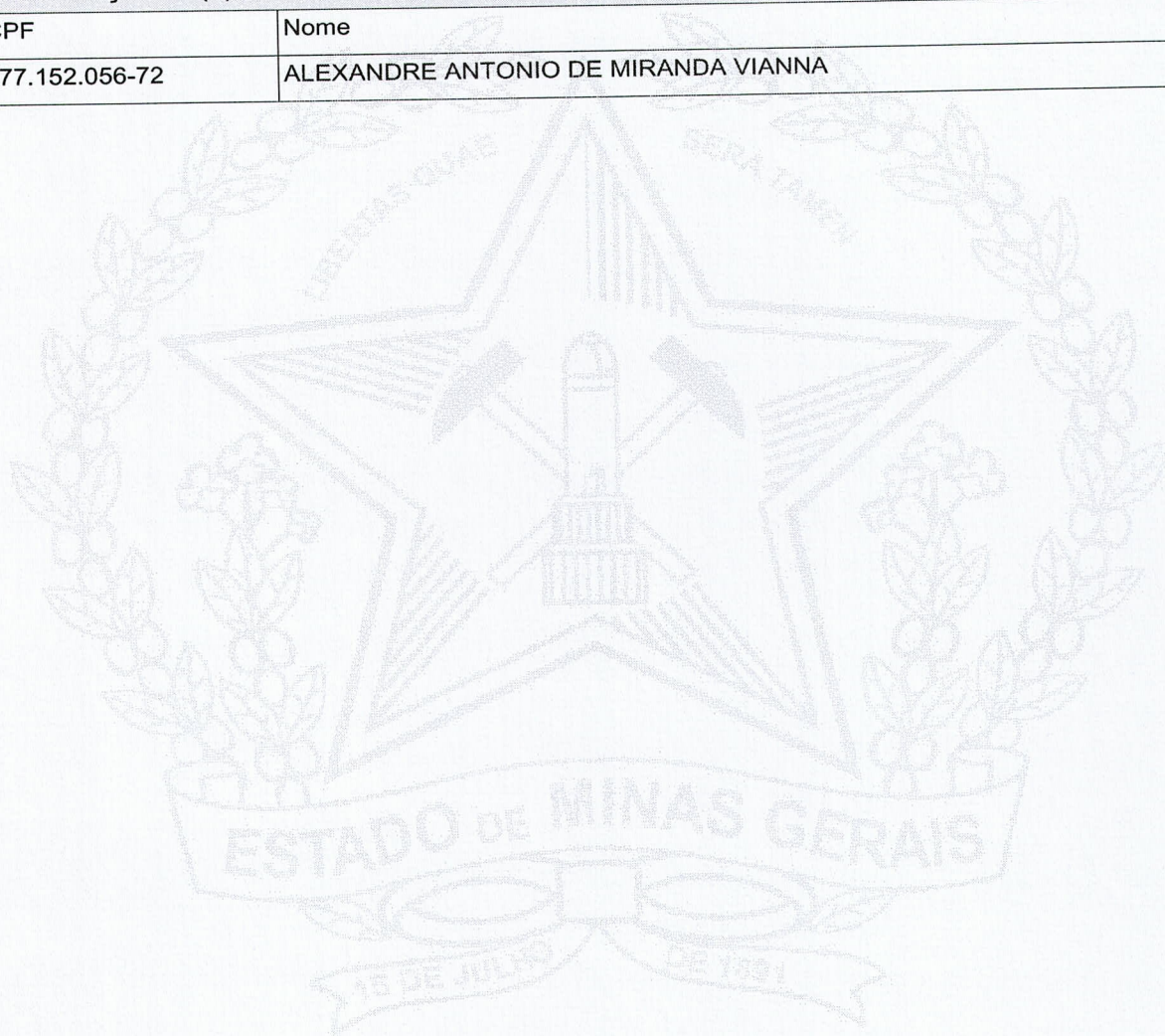
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/405.495-3	MGE2200682503	08/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
277.152.056-72	ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL
pág. 136/139

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, ALINE PRADO MONTEIRO, com inscrição ativa no(a) CRC/(RS) sob o nº 102044, expedida em 06/07/2021, inscrito no CPF nº 990.560.970-91, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. OFICIO - 45 PAGINAS - 45
p á g i n a (s)
2. CRC - ALINE - 1 página(s)

Brasília/DF, 08 de agosto de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: ALINE PRADO MONTEIRO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, de NIRE 3140000257-0 e protocolado sob o número 22/405.495-3 em 15/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9530894, em 17/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
277.152.056-72	ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
277.152.056-72	ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
277.152.056-72	ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
990.560.970-91	ALINE PRADO MONTEIRO

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
990.560.970-91	ALINE PRADO MONTEIRO

Belo Horizonte, quarta-feira, 17 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar, Servidor(a) Público(a), em 17/08/2022, às 08:20 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/405.495-3.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEb5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL
pág. 138/139



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 17 de agosto de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9530894 em 17/08/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDINOR LTDA. - SICOOB CREDINOR, Nire 31400002570 e protocolo 224054953 - 15/08/2022. Autenticação: C9D3F0536476C9A2D5F5BE5AADF98DDC32F4924. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/405.495-3 e o código de segurança OEB5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL
pág. 139/139